



SEPLAN

SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



**GOVERNO DO
ESTADO DE GOIÁS**

Desenvolvimento com Responsabilidade

CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA

Boletim Trimestral

13

Março - 2010

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Alcides Rodrigues Filho

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Oton Nascimento Júnior

CHEFE DE GABINETE

Eduardo Rios Cardoso

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO

Lillian Maria Silva Prado

CONSELHO EDITORIAL

Júlio Alfredo Rosa Paschoal

Eduiges Romanatto

Lillian Maria Silva Prado

Paulo Borges Campos Jr.

COORDENAÇÃO

Marcos Fernando Arriel

EQUIPE TÉCNICA

Alex Salvino Dias

Dinamar Maria Ferreira Marques

Lillian Maria Silva Prado

Marcos Fernando Arriel

Capa e Diagramação

Alex Salvino Dias

Publicação via web

Oscar Martins Ribeiro Neto

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.

Conjuntura Econômica Goiana, n. 13 (2004-).

Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, 2010. 49 p. ; il.

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU : 338



SEPLAN

SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



GOVERNO DO
ESTADO DE GOIÁS

Desenvolvimento com Responsabilidade



Sepin
Superintendência de Estatística,
Pesquisa e Informação

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº3 Centro
CEP 74.003-010 – Goiânia – Goiás
Tel: (62) 3201-7878
Internet: www.seplan.go.gov.br/sepim
e-mail: sepim@seplan.go.gov.br

Sumário

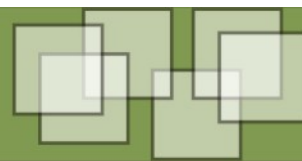
<i>Apresentação</i>	2
<i>Economia goiana no ano de 2009</i>	3
<i>Evolução do comportamento das receitas públicas de Goiás: um estudo do impacto da crise financeira mundial</i>	17
<i>Perfil do trabalho na indústria goiana segundo os dados da RAIS – algumas comparações entre 2005 e 2008</i>	24
<i>Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais enquanto estratégia de política para o desenvolvimento do Estado de Goiás</i>	31
<i>A importância da auditoria ambiental para a indústria de mineração goiana</i>	39
<i>Rumos do comércio exterior goiano</i>	46



Apresentação

A Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, através de sua Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (Sepin), coloca à disposição do leitor a 13ª edição do boletim trimestral Conjuntura Econômica Goiana. Esta edição apresenta cinco artigos, além da análise de conjuntura econômica do fechamento do ano 2009, elaborada pela equipe de economistas da casa. Os artigos que compõem a edição são fruto das valiosas contribuições de nossos parceiros nesse projeto e versam sobre variados assuntos de interesse para o enriquecimento do conhecimento sobre o Estado, como: Evolução do comportamento das receitas públicas de Goiás: um estudo do impacto da crise financeira mundial, Perfil do trabalho na indústria goiana segundo os dados da RAIS – algumas comparações entre 2005 e 2008; Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais enquanto estratégia de política para o desenvolvimento do Estado de Goiás; A Importância da Auditoria Ambiental para a Indústria de Mineração Goiana; e Rumos do comércio exterior goiano.

Assim, com a finalização e disponibilização na internet de mais uma edição do boletim trimestral, como de praxe, deixamos registrada aqui nossa expectativa de poder continuar contando com os colaboradores, e os agradecimentos aos que possibilitaram compor este número 13 da Conjuntura Econômica Goiana. Apresentamos agradecimentos também aos membros do Conselho Editorial pelo comprometimento, dedicação, sobretudo, pelas expressivas e valiosas contribuições para melhoria desta nossa publicação.



Economia goiana no ano de 2009

Equipe de Conjuntura – Seplan¹

Recentemente, o Centro de Documentação, Informação e Análise Econômica, embora tenha sido menos afetada pela crise mundial que os principais países desenvolvidos, a economia brasileira não saiu imune da maior turbulência econômica na atualidade, que se iniciou no último trimestre de 2008. Os principais dados conjunturais apontaram que a forte contração da economia sentida nos primeiros meses de 2009 aos poucos foi retomando o crescimento de forma consistente, principalmente a partir do segundo trimestre, graças a medidas anticíclicas adotadas pelo governo federal, tais como flexibilização da política monetária e de desoneração tributária. Essas medidas favoreceram a consolidação do mercado interno como fator determinante da recuperação, evitando um resultado ainda pior que o registrado, a baixa de 0,19% no Produto Interno Bruto (PIB), a primeira baixa desde 1992.

Neste contexto, a economia goiana também sofreu, mas com menor influência negativa, graças ao seu perfil produtivo voltado em grande parte para o consumo interno do país. Os indicadores que chamaram mais atenção foram a indústria de transformação, que foi a única do Brasil que teve crescimento positivo, sendo que a média para o país foi uma queda de 7,0%; e a geração de empregos formais, que segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, Goiás cresceu acima da média nacional e participou em cerca de 50% de toda a geração de empregos do Centro-Oeste.

Indústria

A análise dos dados da indústria regional para o ano de 2009 permite observar que, em alguns estados, a produção sofreu mais os reveses causados pela crise

internacional, pelo fato de concentrarem setores da indústria altamente vulneráveis à crise. São os casos do Espírito Santo, cuja produção industrial caiu 14,6%, principalmente devido aos resultados negativos nos segmentos de *commodities* (aço e celulose); de Minas Gerais, queda de 13,1% da produção, devido, sobretudo, às retrações ocorridas nos segmentos automobilístico, de aço e ferro; e do Amazonas, cuja produção recuou 8,9%, muito marcada pela retração na fabricação de motocicletas e celulares. Em São Paulo a queda de 8,4% ocorreu em razão do recuo de alguns segmentos do setor de bens duráveis como automóveis, ressaltando-se que foi a unidade da federação que mais contribuiu para o resultado global brasileiro de -7,4%. Em Goiás, a produção ficou praticamente estável, com taxa de 0,2%.

Em 2009, a economia brasileira como um todo não foi tão afetada pela crise, mas a indústria foi bastante afetada. A crise teve forte impacto no crédito, deteriorando as expectativas dos agentes econômicos. Vale dizer que os níveis de produção industrial ocorridos no último trimestre de 2008 e primeiro trimestre de 2009 foram extraordinários e a indústria, em geral, demorou mais para reagir à crise. De fato, os três trimestres seguintes foram de recuperação na margem, mas, devido ao forte impacto inicial, tais avanços não foram suficientes para neutralizar os resultados ruins anteriores. A desaceleração ocorreu basicamente em todas as localidades, exceto Goiás, onde a taxa foi quase nula.

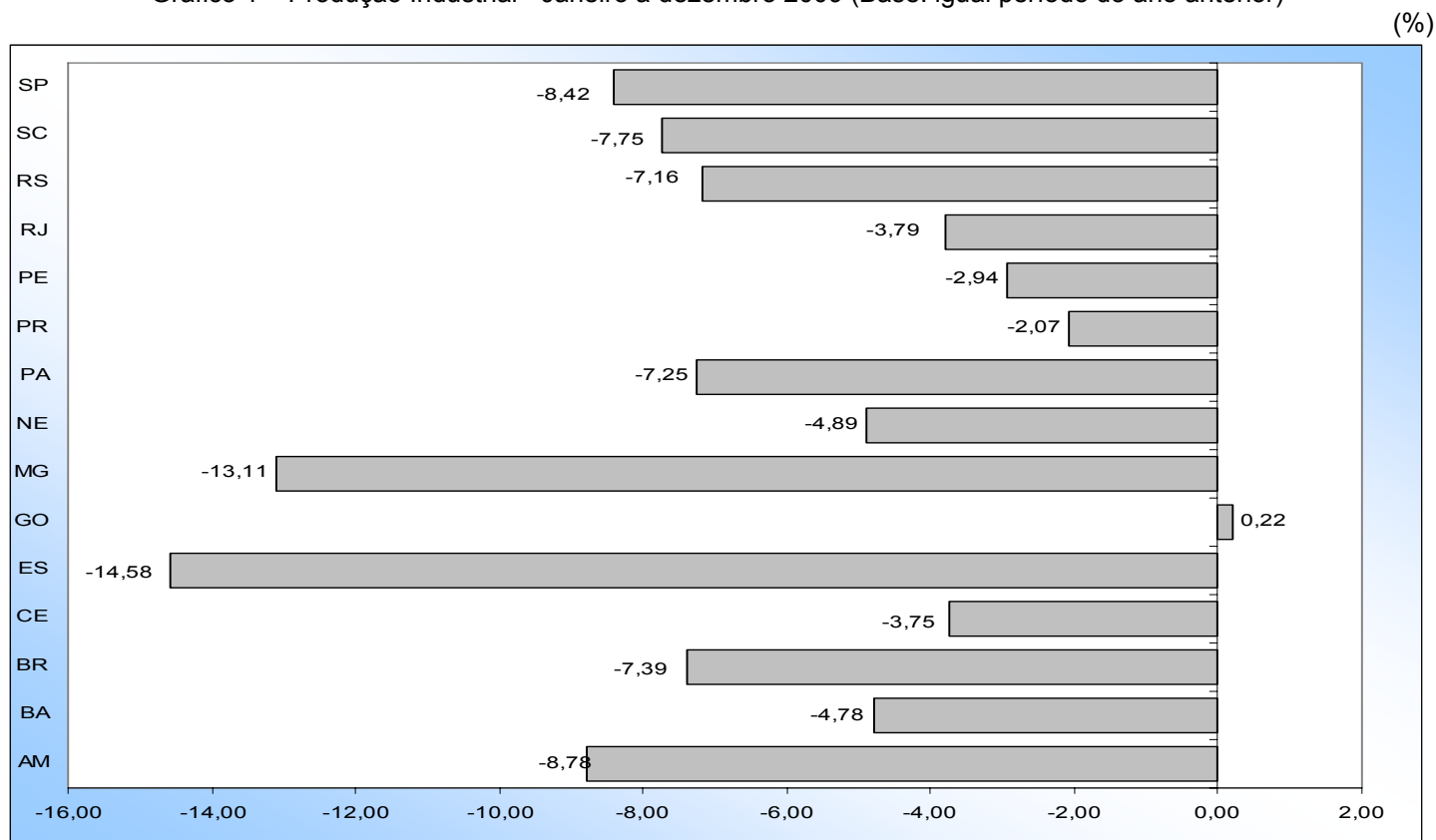
A indústria goiana também desacelerou em 2009, registrando taxa negativa de janeiro a maio e voltando a apresentar resultados positivos a partir de junho, encerando o ano com crescimento pífio. Dentre os

¹ Dinamar Maria Ferreira Marques, Eduiges Romanatto, Lucelena de Fátima Melo, Maria de Fátima Mendonça Faleiro Rocha e Marcos Fernando Arriel

segmentos, alimentos e bebidas, o de maior peso na formação da taxa global, foi o que apresentou a maior queda. No entanto, os resultados apurados para

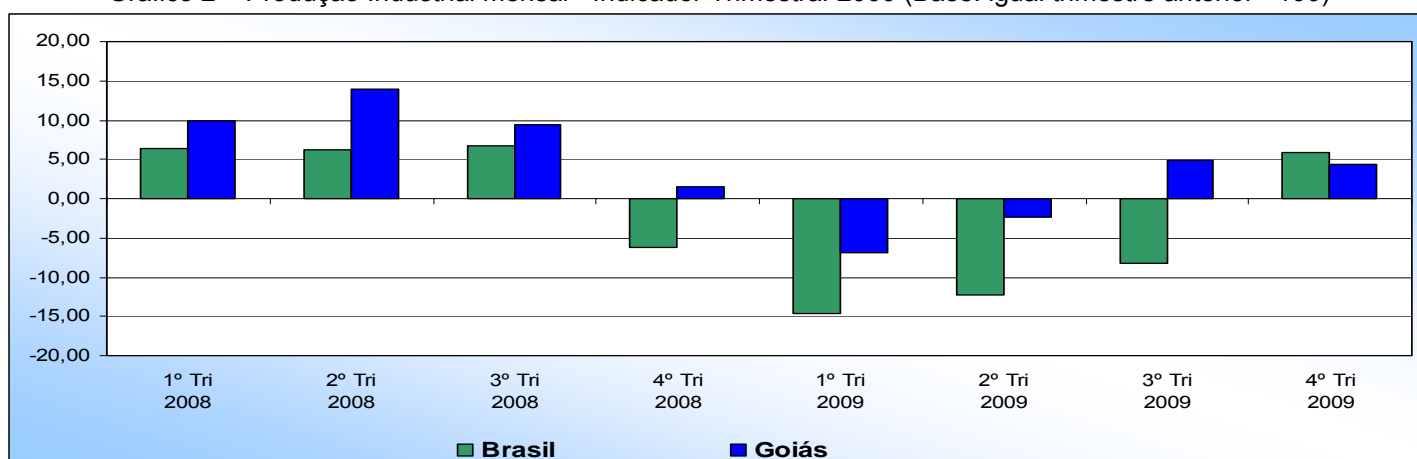
novembro e dezembro daquele ano apontam para uma recuperação mais consistente da indústria goiana em 2010.

Gráfico 1 – Produção Industrial - Janeiro a dezembro 2009 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE

Gráfico 2 – Produção Industrial mensal - Indicador Trimestral-2009 (Base: igual trimestre anterior =100)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

Em bases trimestrais, a indústria goiana apontou redução no ritmo de crescimento na passagem do terceiro trimestre de 2009 (4,9%) para o quarto (4,4%), ambas as comparações contra iguais períodos do ano anterior. Esse movimento foi unicamente impulsionado por alimentos e bebidas, setor de maior peso na

estrutura industrial do Estado, que passou de -2,8% em julho-setembro para -7,4% em outubro-dezembro. Por outro lado, metalurgia básica foi o ramo que apresentou o maior ganho, ao passar de 7,6% para 19,4% nesses dois períodos. (tabela 1)

Tabela 1 – Produção Industrial – Goiás - Indicador trimestral (Base: igual período do ano anterior)

Segmentos	2008				2009				Acumulado no ano
	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim	
Indústria geral	9,9	13,9	9,3	1,6	-6,9	-2,4	4,9	4,4	0,2
Indústria extrativa	19,9	9,0	18,5	6,4	3,4	-1,0	-2,3	1,5	0,3
Indústria de transformação	9,0	14,4	8,6	1,2	-7,9	-2,5	5,6	4,6	0,2
Alimentos e bebidas	10,1	16,2	8,6	5,3	-2,6	-6,0	-2,8	-7,4	-4,7
Produtos químicos	17,7	21,6	17,8	-14,8	-31,3	20,5	48,9	62,6	25,4
Minerais não metálicos	0,6	7,7	8,9	9,7	-1,8	-7,5	6,9	8,3	1,5
Metalurgia básica	-6,0	-3,2	-6,4	-10,5	-16,5	2,6	7,6	19,4	3,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

No indicador acumulado no ano de 2009 (0,2%), o resultado foi bem diferente dos 8,5% registrado em 2008, com quatro dos cinco segmentos apresentando taxas positivas nessa comparação. Os setores de produtos químicos (25,4%) e de metalurgia básica (3,0%) exerceram os principais impactos na média global, impulsionados, sobretudo pelo aumento na fabricação de medicamentos e de ferronióbio, respectivamente. Por outro lado, somente o segmento de alimentos e bebidas fechou o ano com resultado negativo (-4,7%), pressionado principalmente pela menor fabricação de leite em pó. (tabela 1)

O resultado da indústria goiana para 2009 confirmou o que já era previsto, que a produção não ficaria imune aos efeitos da crise mundial. O setor de alimentos e bebidas, com maior peso na indústria goiana, recuou de janeiro a dezembro de 2009, impedindo que a produção industrial fechasse com crescimento. Por outro lado produtos químicos e metalurgia básica reagiram, mas não foi suficiente para fechar o ano com taxa positiva. Vale ressaltar que os segmentos da produção industrial goiana mais voltados para o mercado interno, como de medicamentos e produção de insumo para atender a construção civil, não foram tão afetados pela crise financeira internacional.

Comércio Varejista

Os resultados do comércio varejista foram positivos no acumulado do ano de 2009, com crescimento no volume

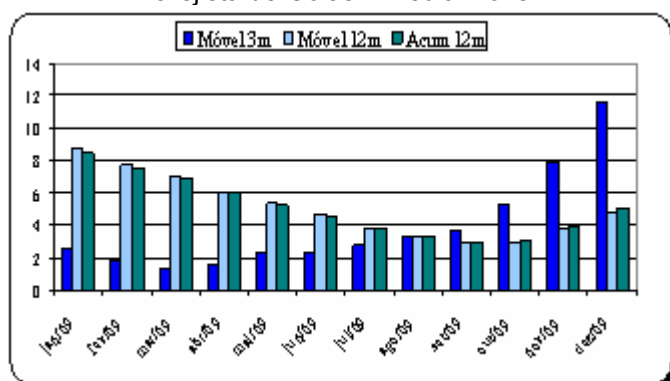
de vendas de 5,07% e na receita nominal de 8,65%. No semestre o crescimento nas vendas foi de 7,94% e nas receitas, de 9,78%. No mês de dezembro, em termos de volume de vendas, houve acréscimos da ordem de 14,91% sobre dezembro do ano anterior, e a receita nominal de vendas apresentou taxas de variação de 14,92%.

Por conta da crise econômica mundial ocorrida a partir do segundo semestre de 2008, o ano de 2009 começou com desaceleração do crescimento se comparado às taxas mensais do ano anterior. O mês de fevereiro de 2009, por exemplo, na variação em relação ao mesmo mês do ano anterior, teve uma queda de 0,78% nas vendas enquanto que, em fevereiro de 2008, este indicador apresentou um crescimento de 11,95%. Em maio de 2009, as vendas tiveram crescimento de apenas 1,78%, enquanto em 2008 este crescimento foi de 11,10%. Para as receitas de vendas também houve desaceleração no crescimento do índice, porém em menor proporção que para o volume de vendas.

O esfriamento do comércio puxado pela situação conjuntural desde outubro/2008 também pôde ser observado nas taxas de crescimento do acumulado do ano. Em 2008, o crescimento acumulado dos 12 meses foi de 8,8% para o volume de vendas, e em 2009, este incremento foi de 5,07%. As receitas de vendas apresentaram variações de 14,31% em 2008 e de 8,65% em 2009.

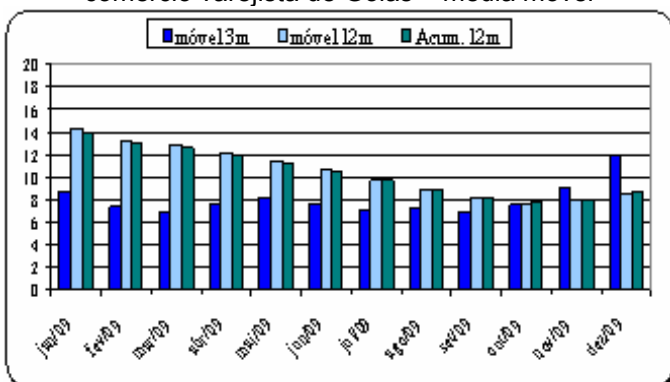
Apesar do efeito de desaceleração do crescimento do comércio varejista no final de 2008/início de 2009, este panorama foi revertido a partir de março de 2009, conforme pode ser observado nos gráficos abaixo que apresentam a média móvel de 3 meses, de 12 meses e o acumulado do ano para o volume de vendas e para receita nominal de vendas, sendo este declínio e recuperação mais visíveis para as vendas que para as receitas.

Gráfico 3 – Variação do volume de venda do comércio varejista de Goiás – média móvel



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

Gráfico 4 – Variação da receita nominal de vendas do comércio varejista de Goiás – média móvel



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

Com relação aos resultados setoriais, no acumulado do ano o segmento que apresentou maior crescimento no volume de vendas foi *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, que engloba segmentos como lojas de departamento, ótica, joalheira, artigos esportivos, brinquedos, etc., com incremento de 21,02%. No semestre essa atividade apresentou um crescimento de 14,52%. Com relação à receita nominal de vendas, as variações foram de 21,81% no semestre e de 27,94%

no acumulado do ano. Este foi o segmento do comércio varejista menos afetado pela crise econômica mundial.

Outra atividade que apresentou crescimento significativo em 2009 foi *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria*, com crescimento de 12,21% no volume de vendas e incremento de 20,08% na receita nominal, acumulados no ano. No semestre, estes incrementos foram de 13,16% e 21,87%, respectivamente. Os principais fatores a contribuir para isto foram: a manutenção do crescimento da massa real de salários; a ampliação da oferta de medicamentos genéricos – estimulando o consumo por alternativas mais vantajosas de preços; e a própria essencialidade dos produtos do gênero.

Apenas dois setores tiveram crescimento negativo no acumulado do ano de 2009, *Material de Construção e Combustíveis e lubrificantes*. A atividade *Material de Construção* apresentou resultados acumulados negativos da ordem de -9,58% para o acumulado do ano e de -5,58% no 2º semestre. Esses resultados mostram que mesmo com os incentivos oficiais de redução do IPI para um conjunto de produtos básicos do ramo, implementados a partir de abril/09, o segmento não se recuperou, portanto, dos efeitos da crise financeira.

A atividade *Combustíveis e lubrificantes* apresentou no acumulado do ano queda de 4,19% no volume de vendas e crescimento de 0,27% na receita nominal. No semestre a queda é de 7,37% no volume de vendas e queda de 4,50% nas receitas. Os resultados negativos deste segmento se devem às altas taxas de crescimento observadas no ano anterior e ainda, apesar do aumento da frota de carros particulares, devido ao incentivo dado pelo governo através da redução do IPI para automóveis novos. Este resultado reflete os sintomas da crise financeira que aportou no Brasil no último trimestre de 2008, reduzindo a atividade industrial do país e, por conseqüência, o fluxo do transporte de cargas nas rodovias.

Tabela 2 – Variação do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista - Goiás

Segmentos	Volume de Vendas			Receita Nominal		
	dez*	No ano	2º Sem	dez*	No ano	2º Sem
Comércio varejista geral	14,91	5,07	7,94	14,92	8,65	9,78
Combustíveis e Lubrificantes	-4,36	-4,19	-7,37	-1,67	0,27	-4,50
Hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo	17,77	8,89	13,78	17,48	13,38	15,38
Hipermercados e Supermercados	17,83	8,77	13,66	17,58	13,24	15,29
Tecidos, vestuários e calçados	10,86	1,53	4,95	15,24	7,26	9,86
Móveis e eletrodomésticos	18,12	1,36	6,05	13,16	0,25	3,51
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos	19,00	12,21	13,16	27,17	20,08	21,87
Livros, jornais, revistas e papelaria	12,10	0,84	3,33	16,48	5,27	8,25
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	159,87	3,40	11,72	135,86	-2,23	7,14
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	12,71	21,02	14,52	20,50	27,94	21,81
Comércio varejista ampliado geral	21,88	6,01	10,29	19,34	5,11	8,02
Veículos, motores, partes e peças	35,56	9,35	15,60	28,32	2,33	7,48
Material de construção	8,03	-9,58	-5,58	12,83	-1,52	-0,19

* Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior

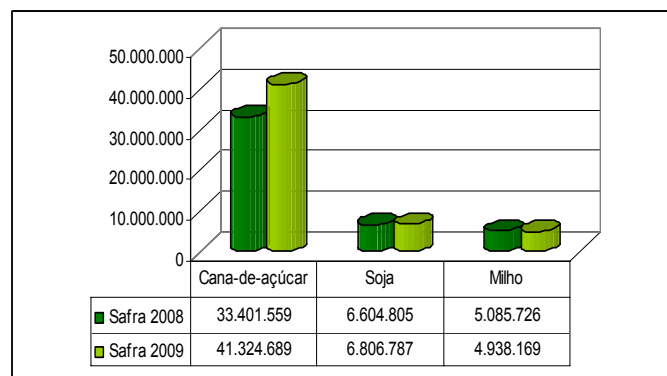
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

Agricultura

A produção goiana de grãos fecha o ano de 2009 com decréscimo de 0,18%, passando de 13.295 mil toneladas em 2008 para 13.270,5 mil toneladas em 2009. É o que apontou o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). Os principais produtos que apresentaram expansão no período em análise foram: soja (3,06%), milho 2ª safra (32,72%), arroz de sequeiro (5,71%), feijão 1ª safra (49,72%), feijão 3ª safra, (2,60%), tomate industrial (11,54%), tomate de mesa (23,73%) e cana-de-açúcar (23,72%). Apresentaram queda: Milho 1ª safra (-15,37%), sorgo (-6,42%), algodão herbáceo (-23,22%), feijão 2ª safra (-1,72%), Girassol (-74,62%) e trigo (-4,94%).

A produção de **cana-de-açúcar**, em 2009, apresentou um resultado bastante positivo, com expansão de 23,72% na produção, comparada à safra de 2008. A área colhida expandiu 25,55%, enquanto o rendimento médio registrou recuo de 1,45%, chegando a 81.340 kg/ha. A retração deveu-se, notadamente, ao excesso de chuvas durante o período da colheita. Porém, a expansão na produção é resultado do crescimento da demanda pelos derivados do produto, sobretudo etanol e açúcar, para o abastecimento do mercado interno e externo.

Gráfico 5 - Estimativa da produção agrícola (t) de Goiás – 2008-09



Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA

A cultura da **soja** obteve uma variação positiva de 6,18% na área colhida e de 3,06% na produção em comparação ao mesmo período do ano anterior. A ampliação da área cultivada ocorre, principalmente, em áreas anteriormente ocupadas com o milho e arroz. Tal fato é reflexo das maiores cotações e liquidez da soja no mercado externo.

O **milho** de 2ª safra teve acréscimo de 32,72% na produção e 36,46% na área colhida, com 4.726 mil kg/ha de rendimento médio, mas houve retração de 2,76% na produtividade. A queda apresentada foi devido ao prolongamento das chuvas durante o período da colheita.

Tabela 3 – Área, produção e rendimento médio dos principais produtos agrícolas de Goiás - 2008 - 2009

Produto	Safr 2008			Safr 2009 (1)			Variações (%)		
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/ha)	Área colhida ou a colher (ha)	Produção obtida ou esperada (t)	Rend. Médio obtido ou esperado (Kg/ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. médio (kg/ha)
Soja	2.180.571	6.604.805	3.029	2.315.290	6.806.787	2.940	6,18	3,06	-2,94
Milho (1ª safra)	632.120	3.767.080	5.959	527.740	3.188.059	6.041	-16,51	-15,37	1,38
Milho (2ª safra)	271.340	1.318.646	4.860	370.280	1.750.110	4.726	36,46	32,72	-2,76
Sorgo	310.160	814.969	2.628	302.710	762.667	2.519	-2,40	-6,42	-4,15
Algodão herbáceo	72.030	286.750	3.981	53.280	220.173	4.132	-26,03	-23,22	3,79
Arroz (em casca)	100.870	238.565	8.564	104.950	252.187	8.507	4,04	5,71	-0,67
Feijão (3ª safra)	38.920	110.472	2.838	38.690	113.343	2.930	-0,59	2,60	3,24
Feijão (1ª safra)	42.150	79.829	1.894	55.760	119.520	2.143	32,29	49,72	13,15
Feijão (2ª safra)	16.330	30.148	1.846	19.520	29.628	1.518	19,53	-1,72	-17,77
Trigo	19.100	86.465	4.527	21.040	82.192	3.906	10,16	-4,94	-13,72
Girassol	21.700	26.955	1.242	4.940	6.842	1.385	-77,24	-74,62	11,51
Tomate industrial	12.849	1.148.695	89.400	15.760	1.281.241	81.297	22,66	11,54	-9,06
Tomate de mesa	2.071	100.830	48.687	2.350	124.755	53.087	13,47	23,73	9,04
Cana-de-açúcar	404.670	33.401.559	82.540	508.050	41.324.689	81.340	25,55	23,72	-1,45

Fonte: GCEA - Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2010.

(1) Preliminar

A produção de **tomate** industrial apresentou aumento de 11,54% e na área colhida de 22,66%. Por outro lado a produtividade registrou variação negativa de 9,06%, ou seja, foram colhidas 89,4 mil por hectares, ante 81,2 mil por hectares no ano anterior.

A cultura de **arroz** (em casca), em 2009, mostrou uma expansão de 5,71% na quantidade produzida e 4,04% na área colhida que chegou a 104.950 hectares. Houve queda no rendimento médio de 0,67%, ou seja, 8.507 kg por hectare.

A produção de **sorgo** apontou recuo de 6,42%, reduzindo a área colhida em 2,40% e 4,15% no rendimento médio. A cultura do sorgo mostra uma tendência de estagnação, visto a preferência do produtor pela cultura do milho de 2ª safra, que nesse levantamento a pesquisa mostrou um crescimento expressivo.

A cultura do **algodão herbáceo** sofreu retração na produção de 23,22% e 26,03% na área colhida. Este decréscimo na produção se deve, basicamente, à diminuição da área cultivada, como consequência do desestímulo dos produtores em cultivarem o produto face aos altos custos de produção, dificuldade de obtenção de financiamentos e da baixa cotação do produto tanto no mercado interno quanto no externo.

O **feijão** de 1ª safra, em 2009, apresentou expansão de 49,72% na produção e 32,29% na área colhida em relação à safra de 2008, e a uma variação de 13,15% na produtividade. Em relação à 2ª safra houve acréscimo de 19,53% na área colhida e redução de 1,72% na produção e 17,77% no rendimento médio, com 1.518 kg por hectare, ante 1.846 kg por hectare na safra de 2008.

Trigo em grão sofreu retração na produção de 82,1 mil toneladas, ante 86,4 mil toneladas do ano anterior, com decréscimo de 4,94%. Em relação à área colhida, houve crescimento de 10,16% e recuo de 13,72% no rendimento médio.

A produção goiana de grãos praticamente permaneceu estável no ano de 2009 com relação ao ano anterior. O milho e algodão perderam espaço na área plantada para a soja, devido às maiores cotações e liquidez no mercado internacional, bem como ao aumento na demanda da soja goiana pelo mercado chinês. No caso da cana-de-açúcar, a retração do preço do petróleo e a crise internacional de créditos que se instalaram em meados do segundo semestre de 2008, fizeram com que o setor sucroalcooleiro revisse seus investimentos,

adequando-os a uma nova realidade. Em 2009, não repetiu os altos níveis de crescimento verificados nos anos anteriores, devido ao adiamento de novos investimentos e à instalação de novas usinas, inclusive no Estado de Goiás. Para 2010, a estimativa do LSPA/IBGE aponta um decréscimo na produção, principalmente, para a cultura do milho, algodão e feijão.

Comércio Exterior

Conforme o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a balança comercial goiana em 2009 apresentou saldo superavitário de US\$ 762,233 milhões, sendo esse valor o menor dos últimos cinco anos. A corrente de comércio (somatório das exportações e importações) atingiu US\$ 6,468 bilhões.

Tabela 4 – Estado de Goiás e Brasil – Balança Comercial - 2008 - 2009

(US\$ 1.000 FOB)

Período	Goiás				Brasil			
	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio
2008	4.090.520	3.050.197	1.040.323	7.140.717	197.942.443	172.984.768	24.957.675	370.927.211
Janeiro	232.955	202.227	30.728	435.182	13.276.884	12.354.336	922.549	25.631.220
Fevereiro	198.753	158.349	40.404	357.102	12.799.920	11.952.230	847.690	24.752.150
Março	188.790	216.919	-28.129	405.709	12.612.775	11.626.159	986.616	24.238.934
Abril	383.449	220.655	162.794	604.104	14.058.430	12.326.152	1.732.278	26.384.582
Mai	436.811	263.386	173.425	700.197	19.303.363	15.226.892	4.076.472	34.530.255
Junho	370.487	367.009	3.478	737.496	18.593.307	15.865.662	2.727.645	34.458.969
Julho	643.535	320.079	323.456	963.614	20.451.410	17.123.308	3.328.102	37.574.718
Agosto	498.951	333.067	165.884	832.018	19.746.867	17.446.643	2.300.223	37.193.510
Setembro	351.178	295.635	55.542	646.813	20.017.208	17.259.383	2.757.825	37.276.591
Outubro	357.193	272.812	84.381	630.005	18.512.308	17.184.276	1.328.032	35.696.584
Novembro	191.901	213.584	-21.683	405.485	14.752.573	13.118.556	1.634.017	27.871.129
Dezembro	236.517	186.473	50.044	422.990	13.817.398	11.501.172	2.316.227	25.318.570
2009	3.614.964	2.852.730	762.233	6.467.694	152.994.743	127.647.333	25.347.409	280.642.076
Janeiro	197.913	159.304	38.608	357.217	9.781.920	10.311.472	-529.552	20.093.392
Fevereiro	163.899	162.254	1.645	326.153	9.586.406	7.825.393	1.761.013	17.411.799
Março	262.778	271.300	-8.522	534.078	11.809.225	10.052.723	1.756.503	21.861.948
Abril	330.465	130.584	199.881	461.049	12.321.617	8.626.943	3.694.675	20.948.560
Mai	340.973	197.358	143.615	538.331	11.984.585	9.348.200	2.636.386	21.332.785
Junho	481.701	230.703	250.998	712.404	14.467.785	9.861.976	4.605.809	24.329.761
Julho	327.639	260.809	66.831	588.448	14.141.930	11.229.082	2.912.849	25.371.012
Agosto	382.105	269.196	112.910	651.301	13.840.850	10.774.945	3.065.905	24.615.795
Setembro	310.232	264.473	45.759	574.705	13.863.222	12.539.005	1.324.216	26.402.227
Outubro	282.377	317.732	-35.355	600.109	14.081.686	12.753.284	1.328.402	26.834.970
Novembro	252.684	265.556	-12.872	518.240	12.652.892	12.039.210	613.682	24.692.102
Dezembro	282.198	323.463	-41.264	605.661	14.462.624	12.285.103	2.177.521	26.747.727
Varição (%)								
2009/2008	-11,63	-6,47	-26,73	-9,43	-22,71	-26,21	1,56	-24,34

Fonte: MDIC.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2010.

Nota: O total não corresponde à soma exata, devido aos arredondamentos. Preliminar

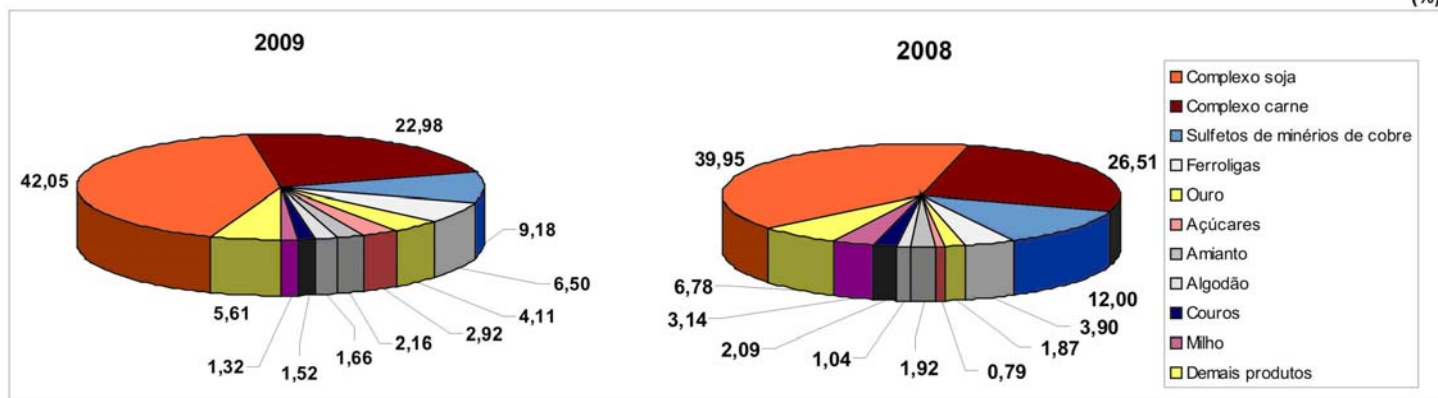
As exportações de Goiás em 2009, a exemplo do que ocorreu em todo o Brasil, foram afetadas pela crise financeira que abalou a economia de todos os países. As exportações goianas ficaram abaixo do esperado por se tratar de um ano atípico afetado pela crise e com o dólar depreciado frente ao real. Apesar do cenário adverso, o resultado de 2009 representou o segundo maior total já exportado pelas empresas goianas, perdendo apenas para o ano de 2008 (US\$ 4,090 bilhões). As exportações goianas em 2009 atingiram o montante de US\$ 3,615 bilhões, registrando queda de 11,63% comparado a 2008. As exportações brasileiras no período atingiram US\$ 152,995 bilhões, com redução de 22,71% na comparação com o ano anterior.

É interessante frisar que a participação goiana no cenário nacional tem crescido ao longo dos anos, refletindo o empenho do governo goiano em ampliar o comércio exterior e fortalecer os negócios com mercados já existentes. Há dez anos, a participação do Estado no total das exportações brasileiras era de apenas 0,99%, com US\$ 544,767 milhões exportados. Em 2006 a participação passou para 1,52%, em 2008 2,07% e em 2009, apesar da queda, alcançou 2,36%. O bom desempenho das exportações goianas nos últimos anos é decorrente do crescimento do mercado, da produção com qualidade crescente, incentivos e ações de comercialização externa competente e também das inúmeras missões do governo goiano a outros países.

Vale dizer que o perfil da pauta de exportações de Goiás é baseado em *commodities* como, soja, carnes e minérios, que não sofreram tanto os efeitos da crise financeira, pois a demanda por estes produtos continuou aquecida, principalmente na Ásia, contribuindo para que os efeitos das turbulências que prejudicaram o desempenho do comércio mundial fossem menores nas vendas externas do Estado de Goiás.

O principal item da pauta das exportações em 2009 foi complexo soja, responsável por 42,05% (US\$ 1,520 bilhão) do total exportado. Complexo carne veio em segundo lugar, representando 22,98% (US\$ 830,714 milhões) das exportações, sendo que a carne bovina participou com 13,20% (US\$ 477,018 milhões), carne de aves 6,90% (US\$ 249,466 milhões), suínos 2,56% (US\$ 92,527 milhões) e outras carnes 0,32% (US\$ 11,703 milhões). Em terceiro lugar na pauta ficou sulfeto de minério de cobre, sendo responsável por 9,18% (US\$ 331,840 milhões). Outros destaques foram: ferroligas com US\$ 234,964 milhões (6,50%), ouro com US\$ 148,535 milhões (4,11%), açúcares com US\$ 105,602 milhões (2,92%), amianto com US\$ 78,188 milhões (2,16%), algodão com US\$ 59,868 milhões (1,66%), couros com US\$ 54,827 milhões (1,52%) e milho com US\$ 47,839 milhões (1,32%). Os itens do agronegócio totalizaram 72,98% do total exportado, minérios 21,94% e os demais produtos 5,08%.

Gráfico 6 - Principais produtos exportados em Goiás – 2008-2009

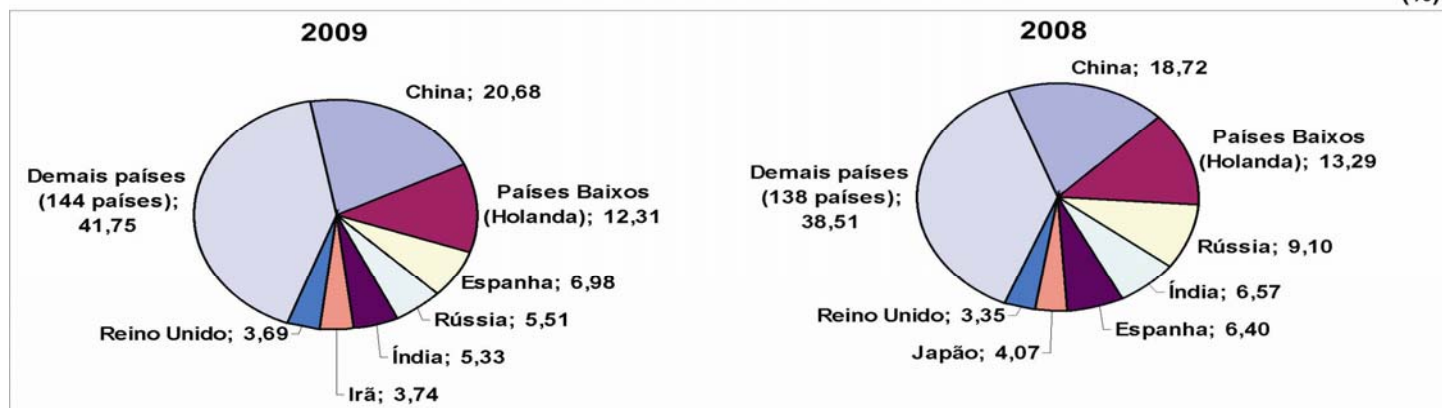


Fonte: MDIC
Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica-2010

Em 2009, pelo segundo ano consecutivo, a China foi o principal destino das exportações goianas, com montante de US\$747,552 milhões, 20,68% do total. Em seguida vieram: Países Baixos (Holanda) US\$ 444,889 milhões (12,31%), Espanha US\$ 252,453 milhões (6,98%), Rússia US\$ 199,308 milhões (5,51%), Índia

US\$ 192,754 milhões (5,33%), Irã US\$ 135,375 milhões (3,74%), Reino Unido US\$ 133,346 milhões (3,69%), Hong Kong US\$ 130,801 milhões (3,62%) e Alemanha US\$ 110,484 milhões (3,06 %). O Estado de Goiás, em 2009, comercializou com 151 países.

Gráfico 7 – Principais países exportadores em Goiás– 2008-2009



Fonte: MDIC
Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica-2010

As principais empresas exportadoras foram: Mineração Maracá Indústria e Comércio S/A, Bunge Alimentos S/A, Caramuru Alimentos S/A, BRF-Brasil Foods S/A, Louis Dreyfus Commodities Brasil S/A, Adm. do Brasil Ltda., Anglo American Brasil Ltda., Minerva S/A, Mineração Serra Grande S/A, Bertin S/A, JBS S/A, Cargill Agrícola S/A, Perdigão Agroindustrial S/A e Sama S/A. - Minerações Associadas .

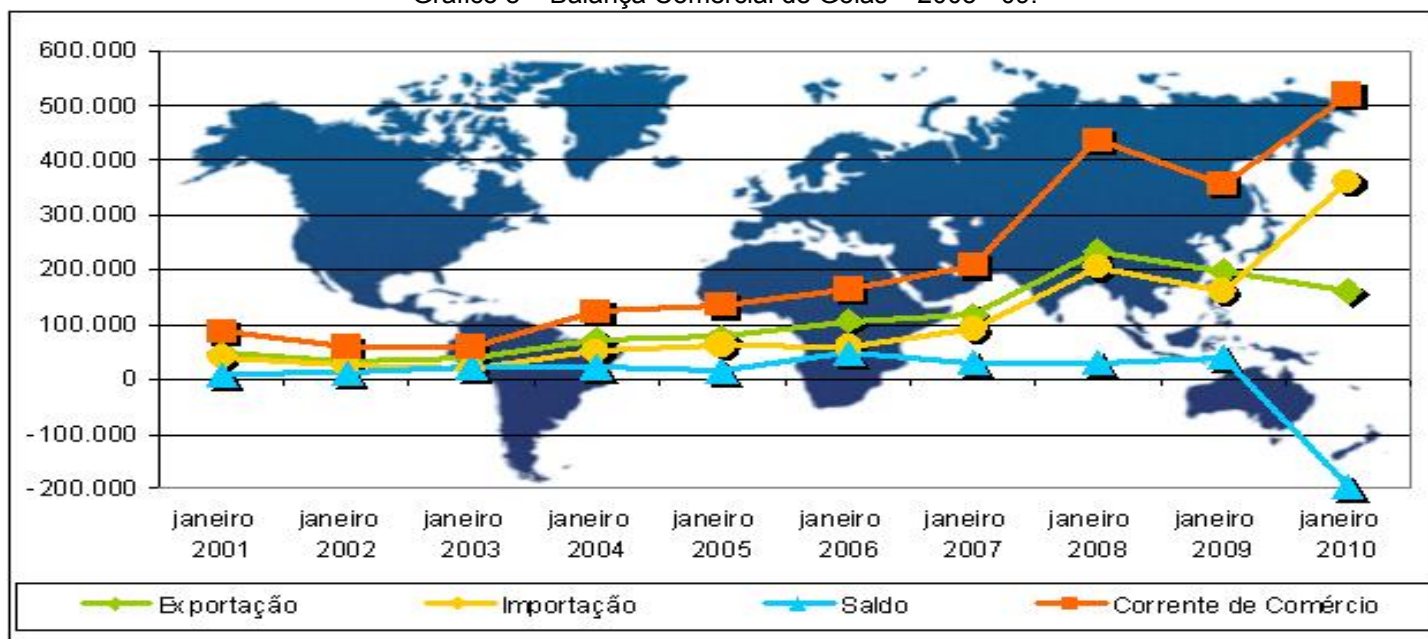
Os municípios goianos que mais exportaram em 2009, segundo o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foram: Luziânia seguido de Alto Horizonte, Itumbiara, Palmeiras de Goiás e Ouidor. Luziânia e Alto Horizonte estão entre os cem maiores municípios exportadores do País, 87ª e 97ª colocações, respectivamente.

Luziânia com US\$ 363,079 milhões, concentra grandes empresas exportadoras na área do agronegócio, principalmente do complexo soja e de conservas alimentícias. O município liderou o ranking estadual das exportações ao longo de todo o ano de 2009. Os principais destinos destes produtos foram China, Holanda, Espanha e Tailândia, entre outros. Alto

Horizonte ficou em segundo lugar, com a exportação de US\$ 331,629 milhões de sulfetos de minério de cobre, principalmente para Espanha e Índia. Itumbiara com US\$191,171 milhões exportados de soja e seus derivados, óleos de milho e girassol, couros e algodão, para Holanda, China, Reino Unido, França, Bélgica e Estados Unidos. Palmeiras de Goiás exportou US\$ 188,726 milhões, basicamente de carne bovina, principalmente para Rússia, Irã, Argélia, Líbano e Hong Kong. Ouidor, com o ferronióbio, veio em seguida, com total exportado de US\$ 186,776 milhões, para a China, Holanda, Japão, Coreia do Sul e Rússia.

As importações goianas em 2009 atingiram US\$ 2,853 bilhões, segundo maior valor da história, abaixo somente do apurado no ano anterior, de US\$ 3,050 bilhões. A queda foi de 6,47% de um ano para o outro. As empresas goianas aproveitaram o dólar favorável para adquirirem, no exterior, veículos e suas partes, máquinas e equipamentos, insumos para a fabricação de produtos farmacêuticos e adubos e fertilizantes, entre outros itens.

Gráfico 8 – Balança Comercial de Goiás – 2005 - 09.

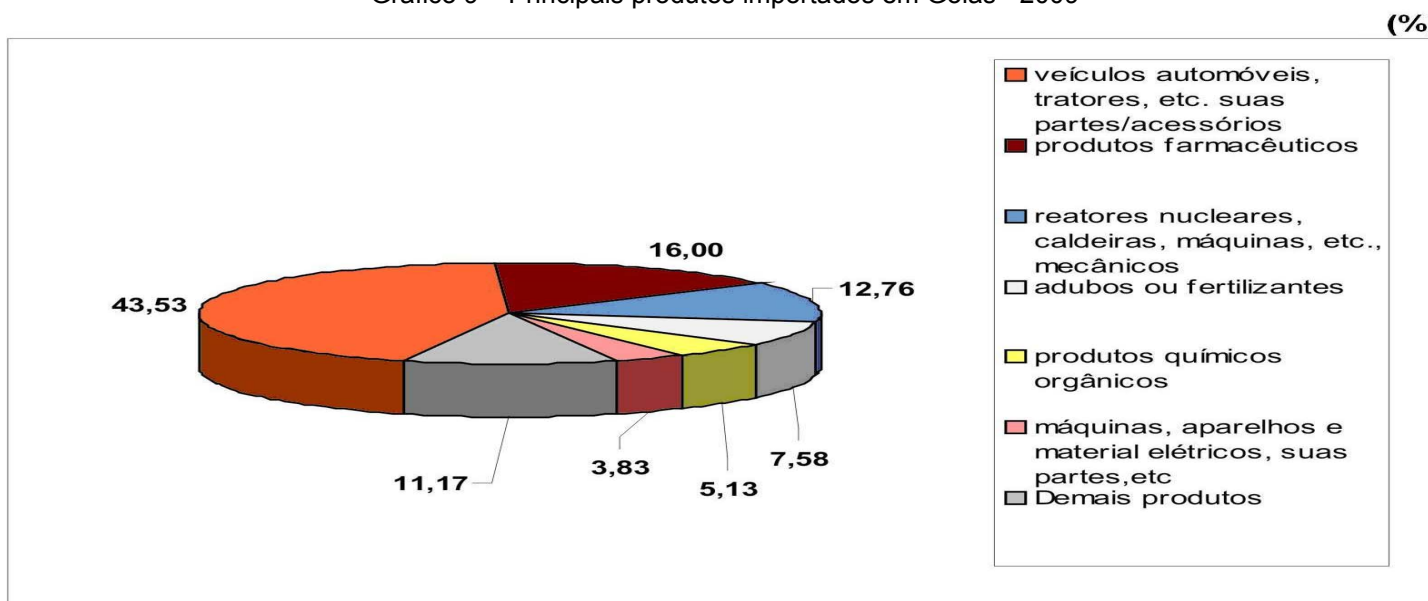


Fonte: MDIC
Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica-2010

Os principais produtos importados por Goiás em 2009 foram: veículos automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios US\$1.241,734 milhões (43,53%), produtos farmacêuticos US\$ 456,485 milhões (16,00%), reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos US\$ 364,082 milhões (12,76%), adubos ou fertilizantes US\$ 216,234 milhões (7,58%), produtos químicos orgânicos US\$146,370 milhões (5,13%),

máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes, etc US\$109,205 milhões (3,83%), instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc. US\$ 48,188 milhões (1,69%), plásticos e suas obras US\$ 37,942 milhões (1,33%) e obras de ferro fundido, ferro ou aço US\$ 32,173 milhões (1,13%).

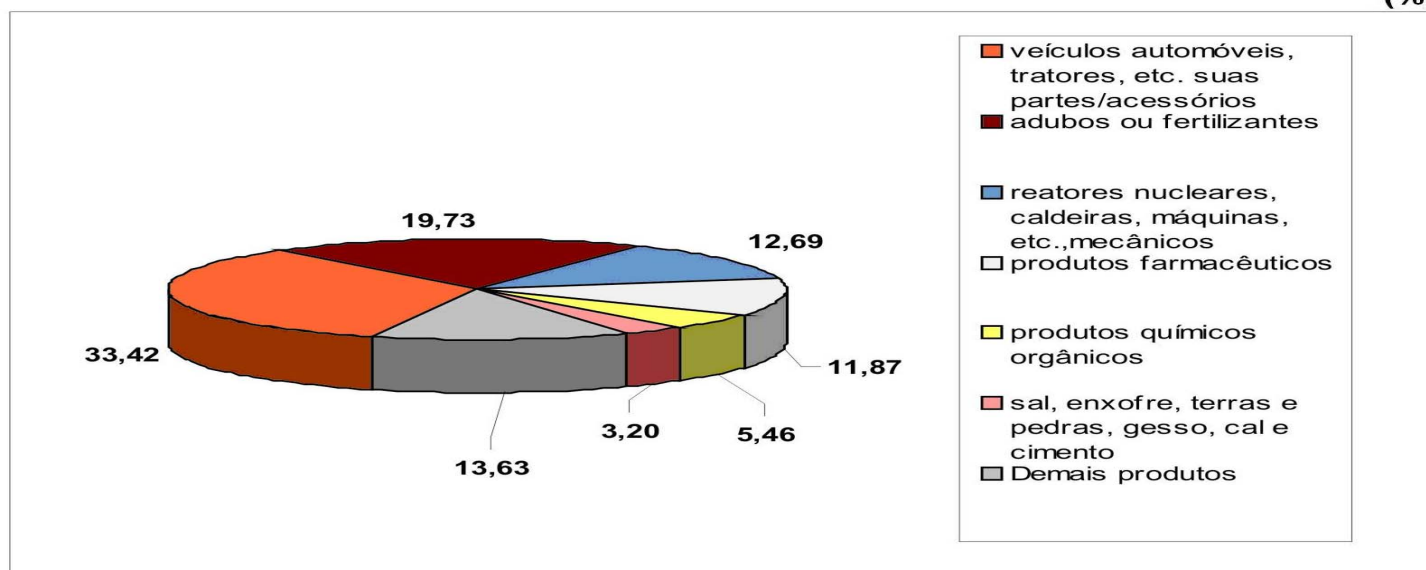
Gráfico 9 – Principais produtos importados em Goiás - 2009



Fonte: MDIC
Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica-2010

Gráfico 10 – Principais produtos importados em Goiás - 2008

(%)



Fonte: MDIC
Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica-2010

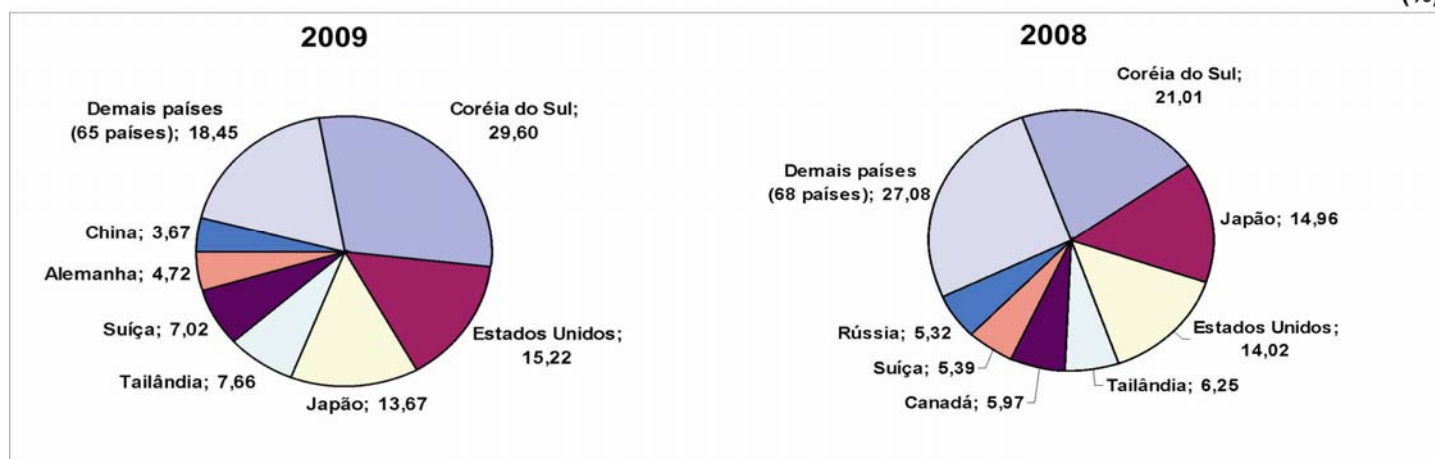
As compras goianas foram, principalmente, dos países: Coreia do Sul US\$ 844,511 milhões (29,60%), Estados Unidos US\$ 434,145 milhões (15,22%), Japão US\$ 389,885 milhões (13,67%), Tailândia US\$ 218,427 milhões (7,66%), Suíça US\$ 200,124 milhões (7,02%), Alemanha US\$ 134,518 milhões (4,72%) e China US\$ 104,761 milhões (3,67%).

Em 2009, as principais empresas importadoras foram:

Caoa Montadora de Veículos S/A, MMC Automotores do Brasil S/A, Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S/A, John Deere Brasil Ltda, Anglo American Brasil Ltda, Intersmart Comércio Importação e Exportação, ADM do Brasil Ltda, Votorantim Metais Níquel S/A, Fertilizantes Heringer S/A e Mineração Maracá Indústria e Comércio S/A.

Gráfico 11 – Principais países importadores em Goiás – 2008 - 2009

(%)



Fonte: MDIC
Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica-2010

Os principais municípios goianos importadores, segundo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em 2009, foram: Anápolis, Catalão, Goiânia, Barro Alto e Rio Verde. Anápolis registrou compras do

exterior de US\$ 1,504 bilhão e ficou em 22º lugar no ranking nacional. Foram adquiridos principalmente automóveis e suas partes e insumos farmacêuticos. Catalão é o segundo colocado do Estado e o 40º do

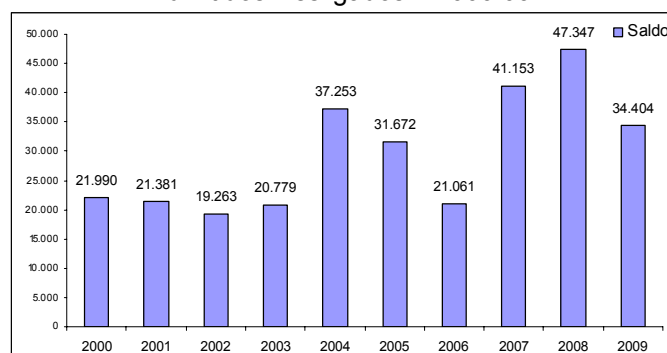
País, com US\$ 769,116 milhões de importações, basicamente de insumo para fertilizantes e automóveis. Goiânia vem em seguida, com total de US\$ 190,257 milhões. Barro Alto, Rio Verde, respectivamente, com a quarto e a quinta colocações, e valores de US\$ 83,108 milhões e US\$ 71,737 milhões.

Emprego Formal

Em 2009 foram gerados 34.404 empregos celetistas em Goiás, uma alta de 4,01% no estoque de assalariados em relação ao ano anterior, segundo dados do Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - do Ministério do Trabalho e Emprego. As atividades econômicas que contribuíram para o resultado positivo no ano de 2009 foram: serviços, com 18.297 pessoas contratadas, seguido por comércio, com 6.723; e indústria de transformação, com 5.262 novas vagas preenchidas. Vale ressaltar que 2009 foi um ano muito difícil para economia brasileira, devido à crise financeira internacional, portanto pode-se considerar que foi bastante positivo o desempenho do mercado de trabalho goiano. Os dados do emprego formal poderiam ter sido melhores não fosse o expressivo saldo negativo em dezembro (-27.454 postos), o pior da série histórica

do Caged, devido a efeitos sazonais, como entressafra agrícola, indústria alimentícia e férias escolares.

Gráfico 12 – Saldo de emprego em Goiás – Admitidos/Desligados – 2000/09

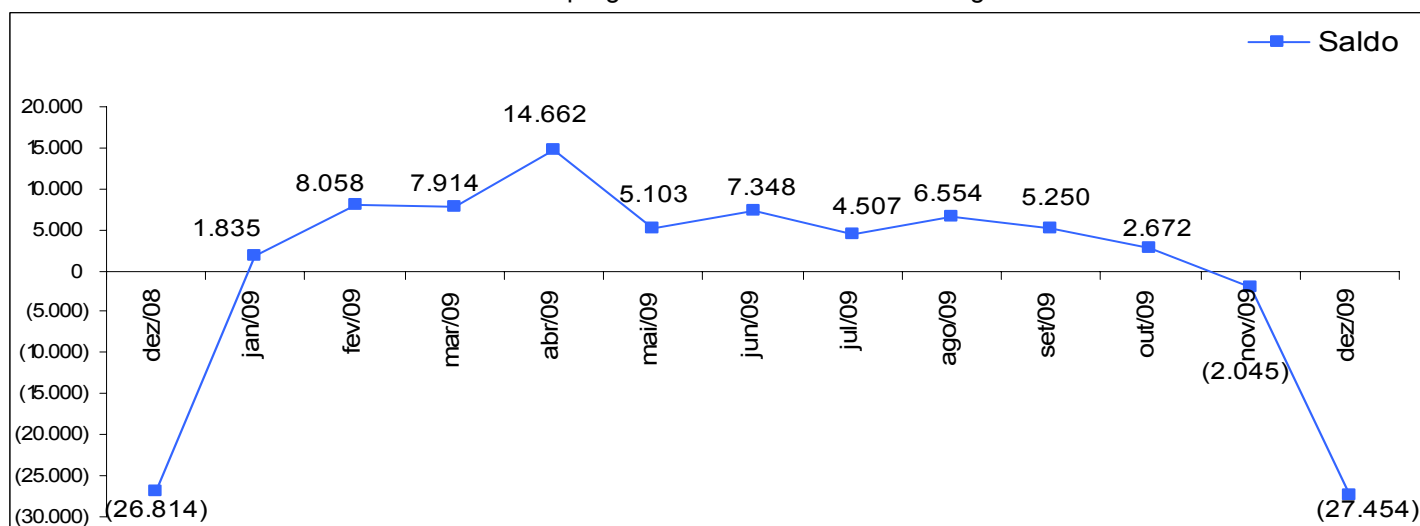


Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Setores de atividades

No acumulado do ano de 2009, os melhores resultados do emprego formal foram registrados em serviços (18.297 postos), que participou com 53,18% do total de empregos gerados, comércio (6.723 postos), com 19,54%, e indústria de transformação (5.262 postos), responsável por 15,29% dos novos postos de trabalho (gráfico 3). Por outro lado, as atividades da agropecuária (-629 postos), extrativa mineral (-79 postos) e serviço industrial de utilidade pública (-15 postos) apresentaram resultados negativos.

Gráfico 13 – Saldo de emprego em Goiás – Admitidos/Desligados – 2000/09



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

O dinamismo do setor de serviços em 2009 pode ser atribuído à elevação em todos os seis segmentos que o integram, com destaque para administração de imóveis,

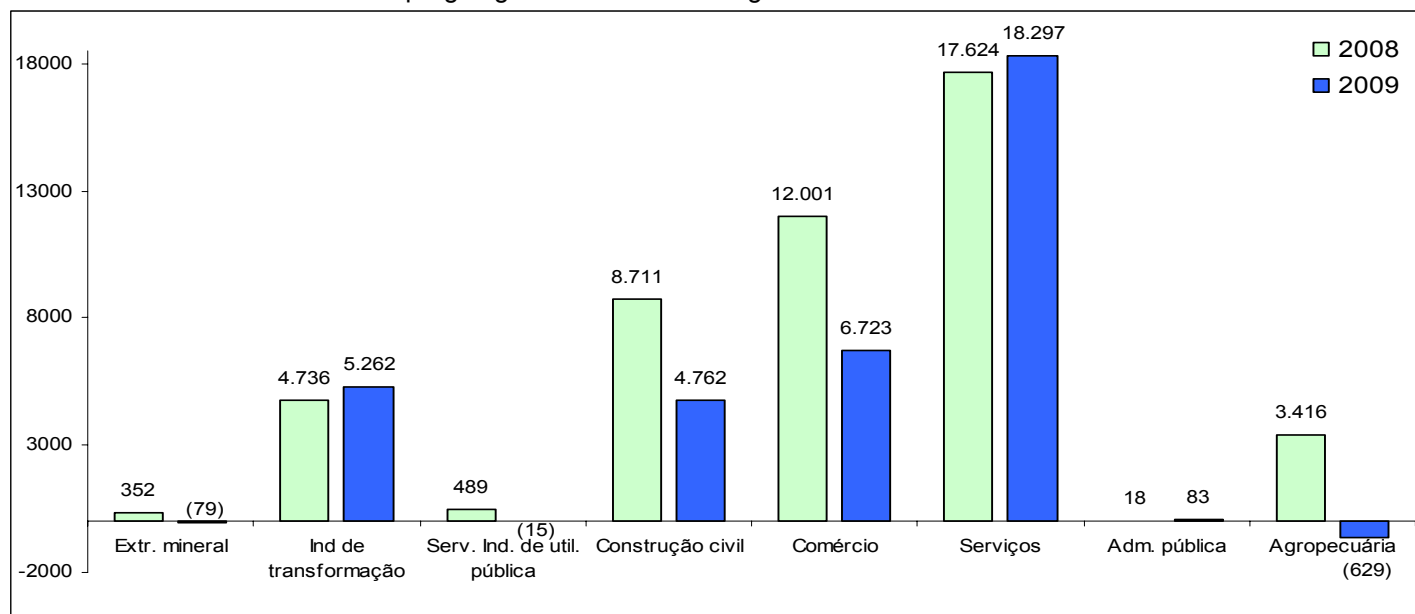
com 7.545 novas ocupações, alojamento e alimentação, com 6.367, e transporte e comunicação, com abertura de 2.227 vagas no mercado formal.

No comércio, destacou-se comércio varejista, com 5.643 novas vagas, com destaque para comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (736 postos), comércio a varejo e por atacado de veículos automotores (716 postos) e Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (570 postos).

Já na indústria de transformação, os melhores

desempenhos foram registrados em fabricação de produtos alimentícios (3.252 postos), fabricação de produtos químicos e farmacêuticos (1.426 postos) e indústria de madeira e mobiliário (378 postos). Os destaques nas subatividades econômicas ficaram por conta de fabricação de álcool (1.293 postos), fabricação de medicamentos para uso humano (618 postos) e fabricação de laticínios (600 postos).

Gráfico 14 – Empregos gerados em Goiás segundo atividades econômicas – 2000/09



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Tabela 5 – Saldo de emprego em Goiás – Admitidos/Desligados por setor de atividade econômica – 2008/09

Setores	Ano de 2008				dez/09				Ano de 2009			
	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoqu e (%)	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoqu e (%)	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoqu e (%)
Extrativa mineral	2.827	2.475	352	5,71	89	303	-214	-3,13	1.874	1.953	-79	-1,19
Indústria de transformação	130.066	125.330	4.736	2,75	5.736	19.407	-13.671	-6,45	119.304	114.042	5.262	2,76
Prod minerais não metálicos	6.690	6.145	545	5,43	342	588	-246	-2,12	6.689	6.506	183	1,66
Metalúrgica	5.901	5.450	451	4,92	372	471	-99	-0,94	5.575	5.427	148	1,46
Mecânica	3.076	2.603	473	14,90	201	183	18	0,41	2.770	2.754	16	0,38
Material elétrico e comunicação	508	460	48	5,96	26	35	-9	-1,21	429	509	-80	-9,99
Material de transporte	2.099	1.902	197	5,37	101	58	43	1,04	1.421	1.049	372	9,76
Madeira e mobiliário	3.753	3.327	426	6,90	251	302	-51	-0,67	4.175	3.797	378	5,37
Papel, papelão, editorial e gráfica	3.632	3.283	349	4,78	188	257	-69	-0,9	3.474	3.354	120	1,62
Borracha, Fumo e Couros	3.601	3.962	-361	-5,48	149	196	-47	-0,72	2.846	3.026	-180	-2,73
Químico, Prod Farmacêutico e Veterinário	10.698	10.296	402	1,85	780	781	-1	0	10.461	9.035	1.426	6,68
Têxtil e vestuário	14.168	14.095	73	0,31	472	1.514	-1.042	-3,96	13.079	13.348	-269	-1,07
Calçados	1.028	1.063	-35	-2,18	46	58	-12	-0,72	827	931	-104	-5,98
Prod Alimentícios e Bebidas	74.912	72.744	2.168	2,76	2.808	14.964	-12.156	-11,24	67.558	64.306	3.252	3,55
Serviço industrial de utilidade pública	2.387	1.898	489	5,27	96	138	-42	-0,45	1.947	1.962	-15	-0,16

Setores	Ano de 2008				dez/09				Ano de 2009			
	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoqu e (%)	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoqu e (%)	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoqu e (%)
Construção civil	73.137	64.426	8.711	20,35	3.547	7.283	-3.736	-5,16	77.006	72.244	4.762	7,97
Comércio	121.490	109.489	12.001	6,43	8.891	9.194	-303	-0,14	122.182	115.459	6.723	3,22
Com varejista	101.985	92.412	9.573	6,09	7.801	7.842	-41	-0,02	103.524	97.881	5.643	3,22
Com atacadista	19.505	17.077	2.428	8,28	1.090	1.352	-262	-0,75	18.658	17.578	1.080	3,23
Serviços	144.463	126.839	17.624	6,72	9.808	11.734	-1.926	-0,6	154.355	136.058	18.297	6,19
Inst financeiras	2.195	1.517	678	5,96	137	137	0	0	1.839	1.453	386	3,31
Com. e adm imóveis	41.298	34.995	6.303	12,17	3.013	3.065	-52	-0,07	46.375	38.830	7.545	11,83
Transporte e Comunicação	21.656	19.746	1.910	5,13	1.584	2.048	-464	-1,03	23.998	21.771	2.227	5,34
Alojamento, alimentação	58.793	52.145	6.648	6,25	4.116	4.559	-443	-0,35	61.987	55.620	6.367	5,44
Médicos e odontológicos	8.799	7.795	1.004	3,74	564	682	-118	-0,39	9.427	7.820	1.607	5,72
Ensino	11.722	10.641	1.081	3,76	394	1.243	-849	-2,47	10.729	10.564	165	0,5
Administração pública	445	427	18	0,29	25	37	-12	-0,11	738	655	83	0,77
Agropecuária	70.936	67.520	3.416	4,70	3.395	10.945	-7.550	-8,71	66.369	66.998	-629	-0,82
Total	545.751	498.404	47.347	6,24	31.587	59.041	-27.454	-2,93	543.775	509.371	34.404	4,01

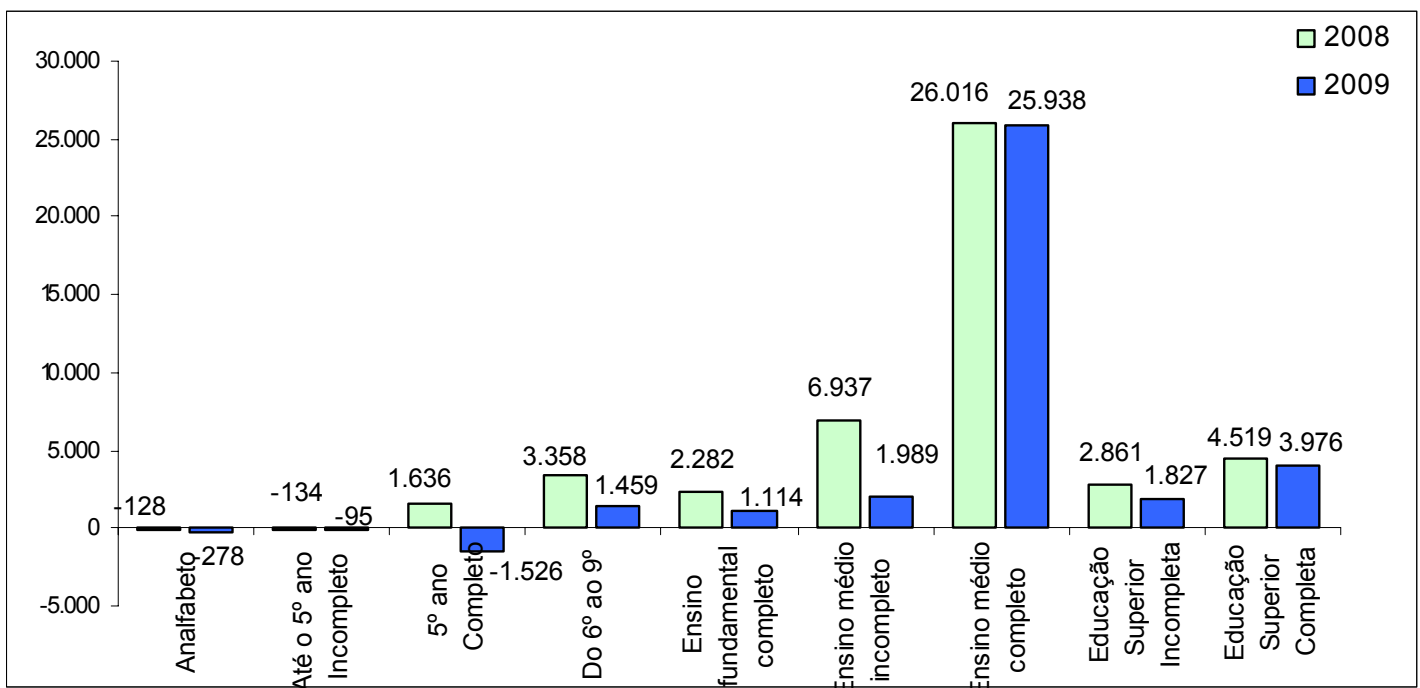
Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Escolaridade

Analisando o grau de escolaridade dos empregos formais criados em 2009, em Goiás, observa-se que a grande maioria, 75,39% (25.938 novos postos), possuía o ensino médio completo, em seguida vieram educação superior completa (3.976 novos postos) e ensino médio

incompleto (1.989 novos postos). Os níveis de escolaridade que apresentaram redução de empregos com carteira foram: quinto ano completo (-1.526 postos), analfabeto (-278 postos) e o quinto ano incompleto (-95 postos).

Gráfico 15 – Saldo de emprego em Goiás – Admitidos/Desligados – por escolaridade – 2007/08



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Evolução do comportamento das receitas públicas de Goiás: um estudo do impacto da crise financeira mundial.

Resumo: A finalidade deste artigo é compreender a estrutura das receitas públicas do estado de Goiás e seu comportamento frente às interferências macroeconômicas da crise financeira mundial. Para tanto, a proposição defendida no trabalho é que as receitas apresentam uma correlação com a arrecadação de ICMS, que assume uma postura de variável de controle. Para a realização do objetivo proposto utilizaram-se os recursos técnicos da pesquisa bibliográfica e documental e adotou-se o método analítico descritivo. Os resultados encontrados demonstram que as receitas tributárias foram afetadas pela crise financeira mundial, mas já apresentam uma redução da sua desaceleração econômica, iniciada em setembro de 2008, o que pode elevar o estado de Goiás ao patamar de Unidade da Federação que já pode estar demonstrando reação frente à crise.

Palavras-chaves: Receita Pública, Goiás, crise financeira, correlação, variação relativa.

Introdução

Recentemente, o Centro de Documentação, Informação e Memória (CDIM)³, divulgou os valores, apurados pela Secretaria da Fazenda do estado de Goiás, da receita pública de Goiás, com a finalidade de servirem de fonte para os pesquisadores da Rede Goiana de Equilíbrio

¹ Graduado em Ciências Econômicas; Mestrando em Agronegócios (UFG); Pesquisador da Rede Goiana de Equilíbrio Fiscal Sustentável – FAPEG. e-mail: adr.paranaiba@gmail.com

² Estudante de Graduação de Ciências Econômicas – UFG; Pesquisador da Rede Goiana de Equilíbrio Fiscal Sustentável – FAPEG. e-mail: asantos.c@hotmail.com

Adriano de Carvalho Paranaíba¹



Gabriel dos Santos Correia²



Fiscal Sustentável⁴ levantassem dados secundários de crescimento ou decréscimo da receita pública com o fim de detectar os fatores que predominantemente influíram no seu comportamento.

Desta forma, o objetivo desta investigação é verificar os componentes que se comportam como variáveis de controle (explicativas) na receita pública estadual (variável dependente), e a influência da crise financeira mundial sobre o comportamento da variável que se apresentar como exógena das receitas públicas. Assim, este trabalho se divide em três partes: a primeira apresentará a estrutura das receitas públicas levantando os componentes que expressem serem os mais representativos na composição das receitas públicas. Na segunda parte serão verificados os coeficientes de correlação das contas mais representativas na receita total. Para tanto, será utilizado o software SPSS 15.0 como ferramenta

³CDIM é a sede da Rede Goiana de Equilíbrio Fiscal Sustentável, sob a coordenação da Universidade Federal de Goiás (UFG) e SEFAZ-GO. Tem a finalidade de fornecer e analisar dados para a formulação e avaliação de políticas públicas para Goiás.

⁴ A Rede foi criada para desenvolver pesquisas básicas e aplicadas nas áreas de Administração, Economia, Direito, Sociologia e Educação que viabilizem diagnósticos e análises conjunturais de cenários sócio-econômicos e político-institucional basilares à formulação de políticas públicas que visem um equilíbrio fiscal sustentável no Estado de Goiás.

estatística para realizar regressão dos dados mensais de janeiro de 2004 a dezembro de 2009, compondo 72 observações. Como não é o foco a construção de projeções da receita pública, não será necessário verificar o comportamento estacionário da série. Na terceira parte do trabalho será realizada uma evolução da variação relativa da receita pública observando o seu comportamento comparando diversos períodos para averiguar as possíveis interferências da crise financeira mundial.

Este trabalho se justifica pela necessidade de avaliar o comportamento da receita pública estadual, pois além de ser um mecanismo de gestão, possibilita verificar a amplitude do alcance dos efeitos macroeconômicos da crise financeira sobre as receitas públicas. Outro fator, que define a importância do trabalho, é a escassa bibliografia sobre este recorte na temática das receitas públicas existentes, principalmente quando o assunto aborda uma leitura econômica incorrendo ao seu impacto no planejamento tributário.

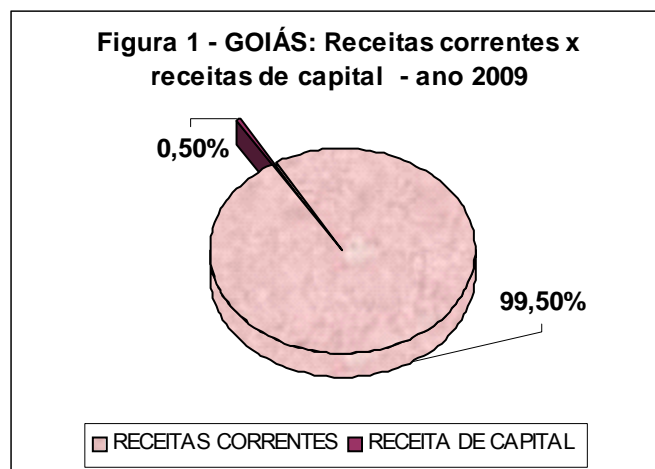
1. A Estrutura da receita pública estadual em Goiás.

Por definição, MARTINS (2006), de acordo com a classificação econômica, as receitas são divididas em receitas correntes e receitas de capital. As receitas correntes podem ser definidas,

Quando ao conceito de receita corrente, nós encontramos no § 1º do art. 11 da Lei nº 4.320/64. São as receitas tributárias compreendidas as contribuições sociais, as receitas originárias (patrimoniais, industriais, comerciais e de serviços), as transferências correntes e outras receitas correntes. As transferências correntes são receitas recebidas de outras pessoas, de direito público ou privado, para atender as necessidades das despesas correntes (pessoal ativo e inativo, juros, material de consumo etc.). Outras receitas correntes são aquelas provenientes de outras fontes que não as nominadas. (HARADA, 2008 p.4)

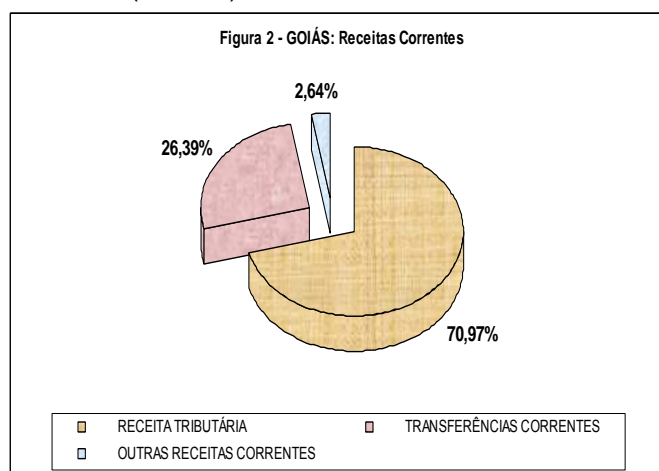
A composição estrutural da receita pública do estado de Goiás, realizada pela Contabilidade da Secretaria da

Fazenda é apresentada na Figura 1, e representa a receita bruta, da receita corrente e de capital, já incluindo os valores de convênios.



Fonte: SEFAZ-GO

Observando a estrutura das receitas correntes, conforme Figura 2, demonstrou-se que, as contas que mais influenciam a composição de valores são as receitas tributárias (70,97%) e as Transferências Correntes (26,39%).



Fonte: SEFAZ-GO

A elucidação para este arcabouço já havia sido delineada por BUGARIN e PIRES (2003) que compuseram séries de receitas dos estados brasileiros utilizando a arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e o Fundo de Participação dos Estados - FPE como proxy para as receitas. Para o estado de Goiás as transferências correntes são compostas por uma série de convênios,

além do FPE, mas este assumiu 47,83% das transferências correntes e 12,54% da receita total em 2009. O mesmo ocorre com o ICMS, que participou com 87,56% das receitas tributárias e 61,75% da receita total em 2009.

Deste modo, as contas escolhidas para assumirem a condição de variáveis de controle são: Receitas Tributárias e Transferências Correntes.

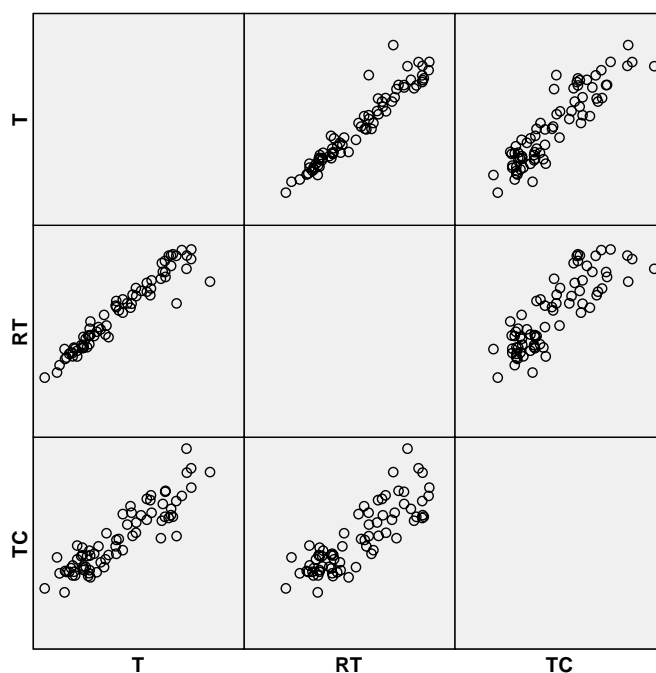
2. Coeficientes de Correlação entre Contas.

Os dados para compor a construção dos coeficientes de correlação das contas que compõe a receita pública estadual, em Goiás, foram levantados a partir dos dados disponibilizados pela Contabilidade da SEFAZ-GO no depositório digital do CDIM⁵. Estes dados estão dispostos no Quadro 3⁶ em anexo.

A Receita Total neste estudo apresenta a condição de variável dependente, e as receitas tributárias e transferências correntes a posição de variáveis independentes. Justifica-se de forma evidente tal proposta, visto que, a receita pública depende de arrecadação de tributos e das transferências que recebe de convênios e da União.

Conforme HAIR et. al. (2005, p.165) “A situação ideal para um pesquisador seria ter diversas variáveis independentes altamente correlacionadas com a variável dependente, mas com pouca correlação entre elas próprias”. Tal condição é observada no diagrama de dispersão construído abaixo, onde a Receita Total é identificada com T, Receita Tributária com RT e Transferências Correntes com TC.

Figura 3 - Diagrama de dispersão



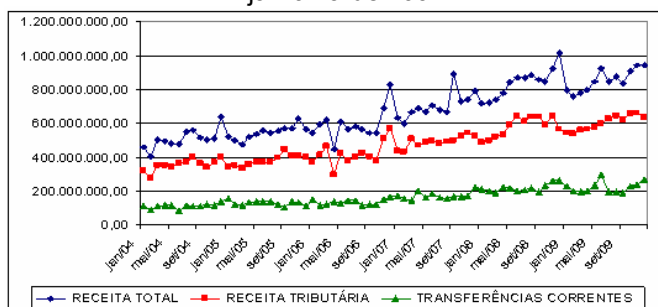
Fonte: SPSS 15.0 / Elaborado pelos autores

Os diagramas que apresentaram maior dispersão foram das variáveis independentes, atendendo o pressuposto apresentado.

O resultado da correlação, com três variáveis, construída no SPSS 15.0 apresenta um valor de 93,2% de poder explicativo das variáveis independentes sobre a receita pública total.

É interessante observar que o comportamento, via coeficiente de correlação com a receita pública total é de 92,24% para as receitas tributárias e de 81,94% para as transferências correntes. Isto demonstra que, a receita total é influenciada pelas transferências correntes, mas o comportamento das receitas tributárias influencia de forma superior, como visto na Figura 4, abaixo.

Figura 4 – Goiás: Comportamento das receitas públicas jan/04 a dez/09



Fonte: SEFAZ-GO / Elaborado pelos autores

⁵ Disponível em: <http://www.cdim.ufg.br/externals/Biblioteca.html>.

⁶ Somente no exercício de 2009 a Contabilidade passou a fazer DEDUÇÕES de quaisquer receitas. Em anos anteriores, só se contabilizava como DEDUÇÃO a receita para formação do FUNDEB. Desta forma, optou-se em somar o valor das deduções ao valor total para que a metodologia de formação da Receita Total de 2009 seja a mesma dos demais anos.

O estado de Goiás é uma das unidades da federação que está entre as que mais exportam *commodities*, agrícolas e minerais, o que lhe confere valores a serem creditados em suas receitas, via transferências correntes. Porém, os resultados demonstram que a arrecadação de ICMS, movida pelo mercado interno, é a variável que melhor explica o comportamento das receitas públicas estaduais. Este resultado se fundamenta pela importância do setor de serviços (que tem no ICMS seu tributo mais representativo) na composição do Produto Interno Bruto estadual: em 2007 representou 62,01% do Produto Interno Bruto.

3. Comportamento da receita e crise financeira mundial

Com o deflagrar da crise financeira mundial, em setembro de 2008, analisar o comportamento da receita pública assume um papel fundamental para a gestão governamental. A grande questão sobre esta crise, é que, não está relacionada quem não foi atingido por ela, pois é inegável que todos os estados brasileiros sofreram interferências, em maior ou menor amplitude.

Assim este estudo pretende focar na análise do comportamento da receita pública em Goiás em relação a vários períodos comparáveis, a fim de verificar uma evolução destas variações, no decorrer do tempo⁷.

Para construir a evolução do comportamento da receita pública, será adotada a construção de vários períodos para serem submetidos à variação relativa de cada período. BLUMENSCHNEIN (2009. p.10) adota, “por simplicidade analítica, tomou-se esta variação relativa

⁷ A Fundação Getúlio Vargas, através do FGV Projetos, divulgou em 28 de abril de 2009 o estudo “Impacto da Crise nas Economias Regionais”. Verificou-se que neste estudo, que, pelo volume de indicadores abordados, a análise de comportamento do ICMS contemplou a comparação apenas entre o período de setembro de 2008 com março de 2009, sendo que os valores de março foram estimados, pois não haviam sido divulgados pelos órgãos oficiais. Aqui a proposta é fazer um estudo de mais períodos com o objetivo de construir uma evolução do comportamento das receitas do primeiro quadrimestre de 2009.

como sendo equivalente à diferença dos logarítmicos entre o início e fim do período”⁸, descritos como:

$$V_{1.1} = \log(\text{Receita}_{04/2008}) - \log(\text{Receita}_{09/2007}) \quad (1)$$

$$V_{1.2} = \log(\text{Receita}_{04/2009}) - \log(\text{Receita}_{09/2008}) \quad (2)$$

Desta forma, fazendo uma comparação entre os dois períodos em termos de desaceleração, ou aceleração temos,

$$\alpha_{set/abr} = V_{1.2} - V_{1.1} \quad (3)$$

Para verificar a evolução da aceleração ou desaceleração para os demais períodos, adotam-se as equações (1) e (2) com o objetivo de comporem a equação (3). Para construir a evolução proposta, descritos no Quadro 2, os períodos a serem construídos serão:

Quadro 2 – Composição das variações

Aceleração / Desaceleração	Varição	Log(final) ⁹	Log(inicial)
$\alpha_{out/abr}$	$V_{2.1}$	abr/08	out/07
	$V_{2.2}$	abr/09	out/08
$\alpha_{nov/abr}$	$V_{3.1}$	abr/08	nov/07
	$V_{3.2}$	abr/09	nov/08
$\alpha_{dez/abr}$	$V_{4.1}$	abr/08	dez/07
	$V_{4.2}$	abr/09	dez/08
$\alpha_{jan/abr}$	$V_{5.1}$	abr/08	jan/08
	$V_{5.2}$	abr/09	jan/09
$\alpha_{fev/abr}$	$V_{6.1}$	abr/08	fev/08
	$V_{6.2}$	abr/09	fev/09
$\alpha_{mar/abr}$	$V_{7.1}$	abr/08	mar/08
	$V_{7.2}$	abr/09	mar/09

Fonte: Elaborado pelos Autores

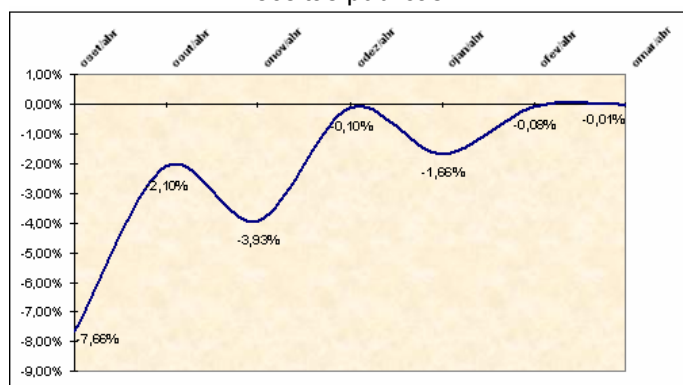
Os valores utilizados são referentes às Receitas Tributárias, pois são as receitas que representam com maior fidelidade o comportamento da economia. Os resultados são apresentados graficamente na Figura 5,

⁸ Este procedimento é justificado pela aproximação de Taylor $\log(u + 1) \approx u$.

⁹ As receitas dos períodos finais foram deflacionadas usando o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), por convenção da Legislação Tributária do estado de Goiás.

apresentando uma desaceleração em todos os períodos que compõe a evolução proposta.

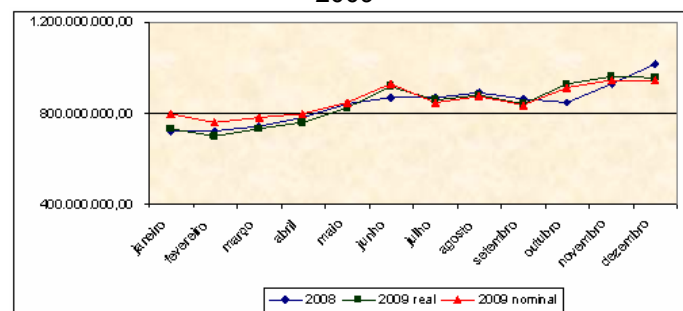
Figura 5 – Evolução comportamento da variação das receitas públicas



Fonte: Elaborado pelos Autores

Assim observou-se que ocorreu uma variação significativa, mas que apresentou uma significativa desaceleração nas variações, ainda no primeiro quadrimestre. Outro fator que demonstra que Goiás superou a crise financeira, na ótica de suas receitas públicas, é o comportamento nominal e real¹⁰ dos valores, que mesmo com uma perspectiva de desaceleração nos períodos propostos, apresentam desempenho equiparado, e em alguns meses até superior na receita de 2009, comparando-se com 2008, conforme figura 6 abaixo.

Figura 6 – Comportamento mensal das receitas 2008 e 2009



Fonte: Elaborado pelos Autores

Desta forma, os dados apresentados demonstram que, mesmo Goiás sendo afetado pela crise financeira mundial, demonstrou sinais de recuperação de sua receita pública, em um ano que vários entes federados – inclusive a União – registraram perdas de receita. No

fim de 2009, no mês de dezembro, observou-se uma queda, frente a 2008, mas no fechamento do ano a receita de 2009 superou a receita de 2008.

Conclusão

Esta investigação teve por escopo definir fatores determinantes para examinar como a receita pública de Goiás vem se comportando desde janeiro de 2004. Para tanto, o trabalho se dividiu em três partes que buscaram definir as contas principais desta receita, verificar suas influências nesta receita, via estudo de correlações e, por fim, diagnosticar os efeitos da crise financeira mundial desde setembro de 2008, neste comportamento.

Foi detectado que as principais componentes da receita pública do estado de Goiás são as receitas tributárias, com o ICMS sendo seu principal ator, e as transferências correntes. Na construção do modelo econométrico, em busca de verificar o poder explicativo destas duas contas sobre a receita, verificou-se que os coeficientes se demonstram muito satisfatórios e satisfizeram os testes estatísticos que a literatura recomenda-se fazer. Por fim, foi percebida uma grande desaceleração das receitas tributárias em Goiás por interferência de crise financeira mundial, a partir de setembro de 2007. Contudo, em 2009, uma redução desta desaceleração diagnosticada, pode significar uma retomada de uma crescente das receitas públicas em 2010, fato observado no comportamento real e nominal das receitas em 2009.

Referências

- BLUMENSCHNEIN, F. *Impacto da Crise nas Economias Regionais*. São Paulo: FGV Projetos, 2009.
- BUGARIN, M. S; PIRES, H. *Metas de Déficits: Transferências Intergovernamentais e o Controle do Endividamento dos Estados*. Brasília: ECO/UnB, 2003 (Série Textos para Discussão - ECO/UnB).

¹⁰ Também se adotou o IGP-DI.

GUJARATI, Damodar N. *Econometria Básica* – Terceira Edição; São Paulo: Makron Books, 2000.

BLACK, W.C. *Análise Multivariada de Dados*. 5 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HARADA, Kiyoshi. *Alguns aspectos polêmicos da Lei de Responsabilidade Fiscal*. Clubjus, Brasília-DF: 02 abr. 2008. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/21314/20878>. Acessado em 01 de junho de 2009 às 15:30.

MARTINS, G. d'Oliveira. *Cursos de Direito e de Solicitadoria: Capítulo II: Finanças Públicas*. Fundação Minerva. Universidade Lusíada de Lisboa. Lisboa, Portugal: 2006 Disponível em <<http://www.lisululitanada.pt>> Acessado em 02 de junho de 2009 às 14:30.

HAIR JR, J.F.; ANDERSON, R.E.; TATHAN, R.L.;

Quadro 3 – GOIÁS: Receita pública Estadual
Janeiro de 2004 até Abril de 2009

Data	RECEITA TOTAL	RECEITA TRIBUTÁRIA	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
jan/04	457.781.594,75	318.675.839,38	114.656.095,82
fev/04	403.331.545,16	281.895.605,05	92.368.153,88
mar/04	505.991.992,44	354.483.419,73	111.431.053,33
abr/04	493.492.900,30	352.108.125,11	116.834.527,78
mai/04	483.239.098,03	340.852.844,23	116.694.106,49
jun/04	476.252.937,77	365.877.300,68	86.570.102,83
jul/04	547.172.322,26	370.617.156,19	119.330.327,87
ago/04	563.493.262,07	405.836.183,46	110.608.444,24
set/04	515.154.817,60	366.850.932,67	111.433.478,17
out/04	506.557.003,58	344.503.179,20	126.145.202,54
nov/04	511.027.582,01	370.504.310,07	116.832.356,03
dez/04	638.351.342,36	401.013.796,06	141.728.379,81
jan/05	523.117.446,82	344.196.706,89	155.542.908,55
fev/05	499.775.342,65	355.754.998,75	122.249.494,50
mar/05	478.161.342,90	336.975.077,66	118.153.684,51
abr/05	522.833.208,10	361.243.965,46	135.211.760,08
mai/05	537.413.896,45	377.380.280,76	140.072.132,60
jun/05	559.218.843,61	371.317.944,31	140.086.849,50
jul/05	543.247.184,65	368.553.461,17	141.384.534,13
ago/05	554.282.602,46	396.247.399,84	124.114.076,42
set/05	571.649.739,24	447.380.452,92	108.770.727,29
out/05	570.723.346,64	407.321.790,73	141.078.777,32
nov/05	627.502.131,34	408.945.273,26	135.338.532,89
dez/05	565.987.520,61	404.435.062,91	114.701.589,18
jan/06	541.602.256,77	370.682.121,10	152.467.961,74
fev/06	594.967.375,23	417.320.814,97	116.164.448,96
mar/06	621.906.671,37	466.884.457,91	123.781.665,46
abr/06	448.680.124,17	296.659.321,12	138.158.066,87
mai/06	609.553.884,40	424.450.716,62	130.776.917,96
jun/06	567.781.492,99	380.366.523,80	148.021.924,91

Data	RECEITA TOTAL	RECEITA TRIBUTÁRIA	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
jul/06	585.176.616,11	404.353.977,35	143.606.744,68
ago/06	568.767.046,47	426.319.406,12	119.145.891,66
set/06	545.545.301,28	401.870.003,98	121.795.100,97
out/06	546.081.352,12	378.564.319,84	124.597.078,93
nov/06	691.113.598,95	512.583.778,16	148.669.942,42
dez/06	831.405.991,93	573.449.145,45	166.486.517,95
jan/07	630.849.104,80	435.380.962,07	173.673.119,34
fev/07	601.412.259,87	430.825.780,66	154.470.853,00
mar/07	666.631.748,80	507.732.972,58	143.445.455,30
abr/07	691.006.067,87	473.517.568,77	202.021.528,70
mai/07	667.501.180,36	489.967.531,96	163.784.029,43
jun/07	707.949.372,35	500.932.930,58	186.602.282,70
jul/07	676.297.642,95	480.160.655,86	165.321.028,99
ago/07	664.636.932,56	494.063.825,59	154.401.783,55
set/07	889.311.328,07	500.588.166,14	169.557.379,03
out/07	727.434.327,81	526.305.931,76	169.923.885,36
nov/07	739.621.387,51	546.074.160,18	174.426.986,21
dez/07	792.377.364,73	524.911.994,88	222.547.439,27
jan/08	719.793.634,30	488.255.712,15	213.756.411,09
fev/08	723.694.591,09	499.769.033,50	203.965.632,56
mar/08	740.584.503,01	522.478.358,65	189.599.643,58
abr/08	779.814.673,81	535.312.228,56	224.428.626,15
mai/08	838.392.464,99	593.755.836,77	216.973.974,18
jun/08	868.559.033,92	642.411.703,73	200.477.062,28
jul/08	869.554.122,31	611.578.985,38	209.788.973,94
ago/08	888.265.210,00	641.321.547,57	221.243.297,39
set/08	860.444.841,09	641.337.191,63	196.365.586,06
out/08	847.723.509,01	593.340.521,00	234.904.772,90
nov/08	927.427.631,62	642.140.394,41	263.166.168,76
dez/08	1.013.073.891,73	565.097.812,37	264.022.049,76
jan/09	794.666.528,31	544.890.412,57	229.777.602,37
fev/09	758.394.596,52	537.726.521,69	200.255.780,53
mar/09	779.705.564,20	561.320.008,66	193.667.655,23
abr/09	797.424.304,14	568.746.597,10	204.009.027,71
mai/09	848.645.338,72	578.970.429,69	236.254.322,26
jun/09	925.926.478,43	602.544.890,71	298.540.188,08
jul/09	846.514.700,71	625.742.242,86	197.996.972,38
ago/09	875.793.204,67	645.731.670,70	198.057.310,63
set/09	834.775.166,22	619.640.235,64	192.342.817,42
out/09	909.264.271,03	658.226.229,98	228.770.547,11
nov/09	943.917.863,93	660.031.643,71	241.035.285,82
dez/09	943.173.568,89	631.661.596,51	269.509.587,50

Fonte: SEFAZ-GO

Perfil do trabalho na indústria goiana segundo os dados da RAIS – algumas comparações entre 2005 e 2008

Daniela Vieira de Oliveira¹

Eduiges Romanatto²

Rafael Marques de Camargos³

Resumo: Devido ao crescente aumento da participação da indústria goiana na economia estadual, o presente trabalho tem o objetivo de mostrar a partir dos dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais de 2005 a 2008, o perfil do trabalho na indústria no Estado de Goiás, com um breve panorama da indústria, o número dos estabelecimentos industriais, o número de pessoas empregadas, a remuneração média do trabalhador, o grau de instrução, a distribuição do emprego por gênero e por faixa etária.

Palavras-chave: RAIS, emprego, indústria, remuneração, instrução, gênero, faixa etária.

Introdução

O Estado de Goiás vem apresentando nos últimos anos resultados relevantes em termo de crescimento econômico, evidenciados no crescimento do PIB, na diversificação de sua base econômica e na geração de emprego e renda. Esse fato teve o seu início nos anos 90. Desde então, o Estado de Goiás vem demonstrando um processo de crescimento e desenvolvimento, principalmente no setor industrial.

As políticas públicas que dizem respeito ao desenvolvimento industrial adotadas pelo Estado como os programas de incentivo como o FOMENTAR, PRODUZIR e a criação de distritos agroindustriais foram ações fundamentais para a aceleração desse processo e garantir que Goiás não se limitasse a alguns segmentos da agroindústria e formasse um parque industrial relativamente diversificado.

1 – Indústria goiana – aspectos gerais

Na RAIS a atividade industrial está composta pela

Indústria extrativa mineral, Indústria de transformação e os Serviços industriais de utilidade pública. Essas atividades nos cálculos do PIB de 2007 para Goiás representaram 20,59% do valor adicionado, equivalente a R\$ 11,843 bilhões. Todas as atividades contribuíram para o desempenho positivo do valor adicionado (VA): *Indústria extrativa mineral (11,34%), Indústria de transformação, (4,39%) e por fim, Produção e distribuição de eletricidade, gás e água (2,77%).*

Para 2008, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física, Goiás apresentou um crescimento acumulado de 8,51% na indústria geral sendo o 2º estado com maior crescimento no ranking nacional. A atividade extrativa mineral foi a que obteve um maior crescimento, 13,29%, e a indústria de transformação teve um crescimento de 8,10%.

No setor extrativista, o destaque é a mineração. Goiás possui depósitos minerais de grande importância econômica, dentre eles o calcário agrícola, fosfato, calcário, amianto, cobre, níquel, vermiculita, ouro, esmeralda, nióbio e cobalto. A produção de níquel em Goiás representa 57,27% da produção brasileira colocando o Estado em 1º lugar no ranking nacional. Outro destaque é para o amianto produzido em Minaçu que representa 100% da produção nacional. A produção de cobre e ouro coloca o Estado de Goiás em 2º lugar no ranking nacional com uma participação de 29,63% e 23,39%, respectivamente.

Dentre as maiores indústrias mineradoras estão: a Mineração Maracá, de Alto Horizonte, que atua no beneficiamento de minérios de cobre, ouro; Prometalica Mineração, com produção de cobre, cobalto e níquel; Votorantin Metais, em Niquelândia, com extração de

¹ Economista pela Universidade Federal de Goiás e bolsista do IPEA (daniela@seplan.go.gov.br)

² Mestre em Desenvolvimento Econômico e servidor da SEPLAN-GO (tgromanatto@yahoo.com.br)

³ Economista pela Universidade Federal de Goiás e bolsista do IPEA (rafaelmc@seplan.go.gov.br)

níquel; Anglo American Metais - Codemin, em Barro Alto, produção de níquel; Anglo American Metais - Mineração Catalão, em Catalão, com produção de nióbio, Fosfertil e Anglo American Metais - Coperbrás, em Catalão, com produção de fosfato; Sama Mineração S.A., em Minaçu, com produção de amianto; Mineração Serra Grande, em Crixás, com produção de ouro.

A indústria de transformação goiana vem aumentando sua participação no montante do PIB estadual. Em

Tabela 1 – Evolução do Valor Adicionado e da participação no Valor Adicionado total da indústria em Goiás

Atividade	2005		2006		2007	
	Valor Adicionado	Participação no VA (%)	Valor Adicionado	Participação no VA(%)	Valor Adicionado	Participação no VA(%)
Indústria	11.623	25,97	13.327	26,49	15.512	26,97
Indústria extrativa mineral	369	0,82	363	0,72	996	1,73
Indústria de transformação	6.229	13,92	7.314	14,54	7.805	13,57

Fonte: Gerência de Contas Regionais - Seplan/Seplin

Goiás tem diversificado sua indústria de transformação, mas o maior peso continua no setor de alimentos e bebidas. O Estado possui ainda pólo farmoquímico, pólo de confecções, pólo calçadista, indústria sucroalcooleira, fabricantes de máquinas agrícolas, indústria de fertilizantes e o complexo automobilístico, que começa a ganhar mais força com a ampliação da planta produtiva da Mitsubishi, em Catalão, e a instalação da Caoa/Hyundai, em Anápolis.

Dentre os serviços industriais de utilidade pública estão: a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; produção e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas; produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado; captação, tratamento e distribuição de água; esgoto e atividades relacionadas; coleta de resíduos; tratamento e disposição de resíduos; recuperação de outros materiais não especificados anteriormente e descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos.

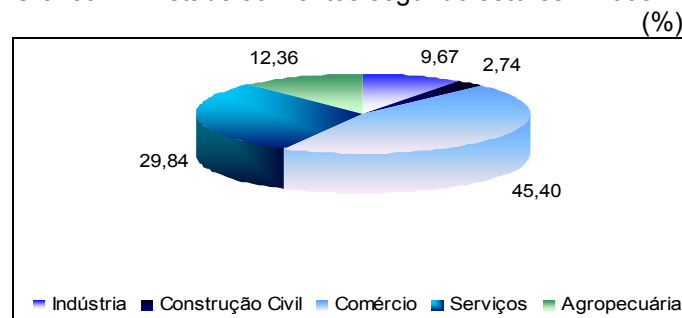
2 – Estabelecimentos industriais

Segundo dados da RAIS, existem em Goiás 226.683 estabelecimentos, 20.571 a mais que em 2005, ano em

2002, 11,86% da composição do valor adicionado de Goiás era da Indústria de Transformação, num total de R\$ 3.928 bilhões. Em 2007, este percentual aumentou para 13,57%, com R\$ 7.805 bilhões, e representando mais de 50% do valor total do VA da indústria goiana, segundo dados da Seplan-GO. A Tabela 1 mostra a evolução do VA da indústria no Estado.

que havia 206.112 estabelecimentos (crescimento de 9,98%). O gráfico 1 mostra a participação de cada setor no total de estabelecimentos em 2008. São 21.917 estabelecimentos na *Indústria*, 6.200 na *Construção civil*, 102.915, no *Comércio*, 67.635 em *Serviços* e 28.014 na *Agropecuária*.

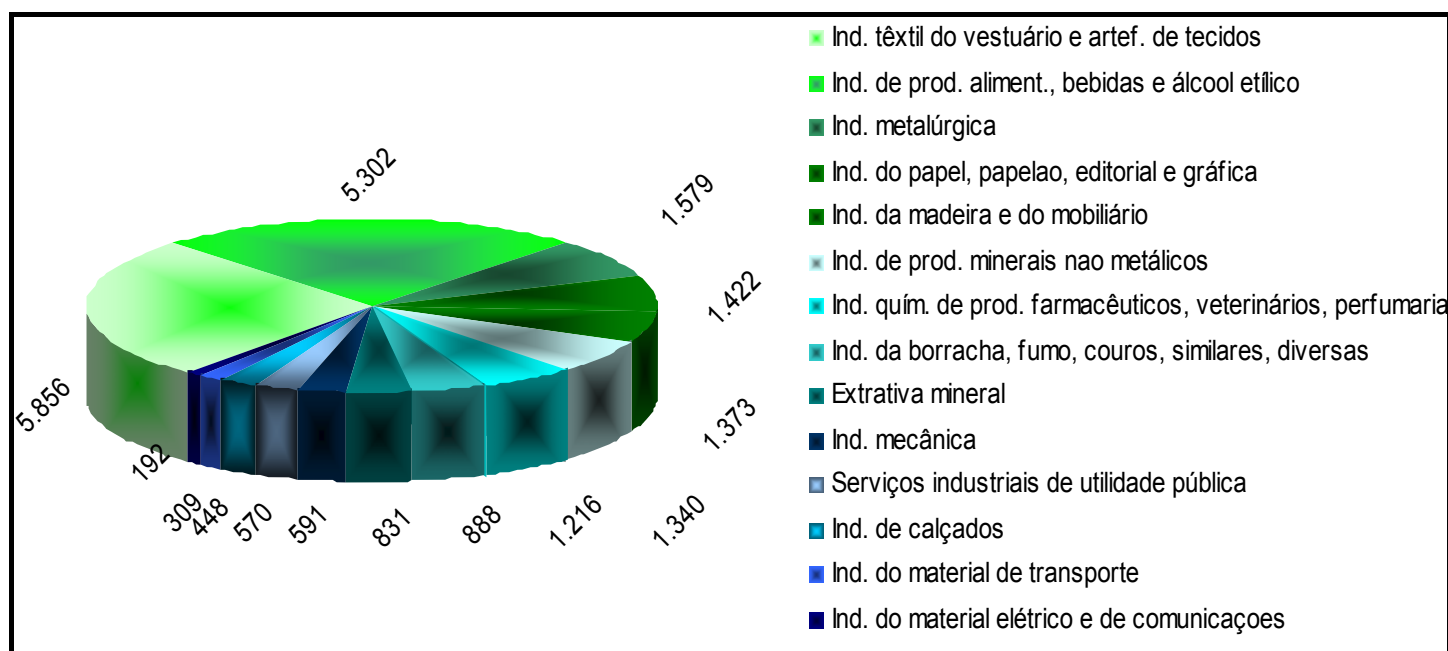
Gráfico 1 – Estabelecimentos segundo setores – 2008



Fonte: RAIS, MTE
Elaboração dos autores

Também na indústria, mas conforme a classificação em subsetores do IBGE, os que possuem a maior quantidade de estabelecimentos são: *Indústria têxtil do vestiário e artefatos de tecidos*, com 5.856 unidades, *Indústria de produção alimentícia, bebidas e álcool etílico*, com 5.302 unidades, *Indústria metalúrgica*, com 1.579 unidades. O gráfico 2 mostra a participação de cada subsetor no montante de estabelecimentos industriais em 2008.

Gráfico 2 – Estabelecimentos industriais segundo subsetores – 2008



Fonte: RAIS, MTE
Elaboração dos autores

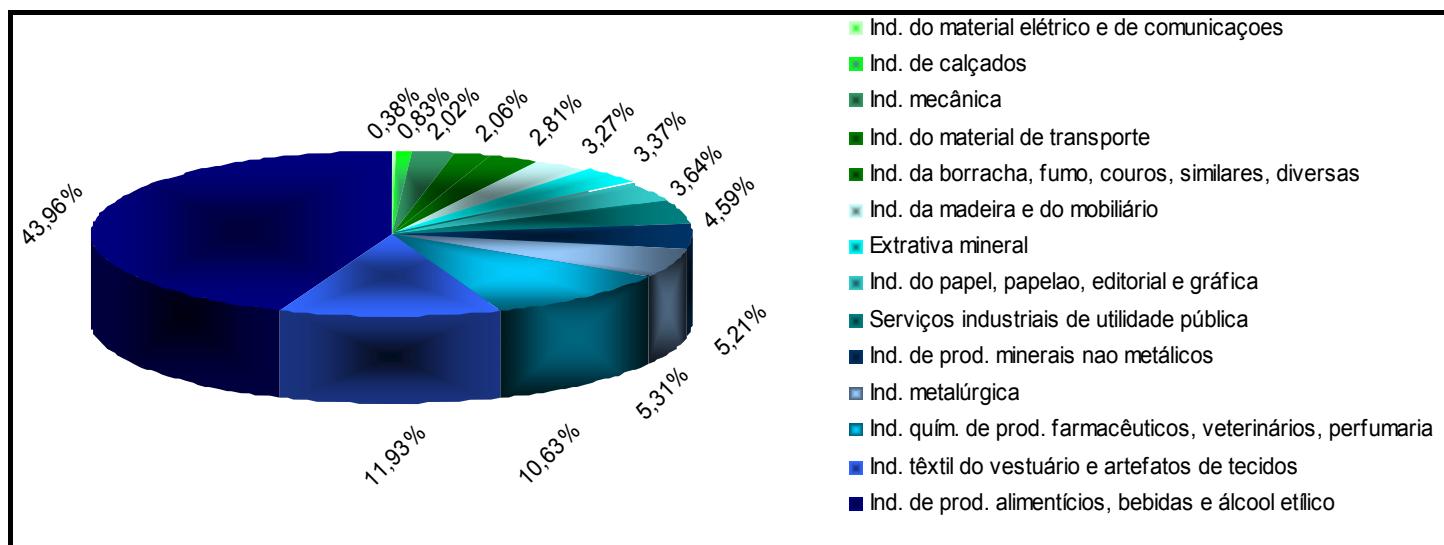
3 - Empregos industriais

Em 2008 foram gerados 73.620 empregos formais no Estado de Goiás, sendo o maior incremento no estoque de empregos já observado pelas estatísticas da RAIS. Na indústria foram gerados 8.540 empregos, aumento de 4,44%, crescimento inferior a 2006 e 2007, que apresentaram variações anuais de 11,73% e 10,88%, respectivamente. O subsetor industrial que apresentou o maior crescimento absoluto foi a *Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico*, com aumento de 4.007 postos de trabalho. Na variação percentual, o subsetor com maior crescimento foi a *Indústria Mecânica*, com um incremento de 43,43% de vínculos empregatícios em 2008 com relação a 2007.

O total de vínculos empregatícios em Goiás é de

1.135.046 trabalhadores sendo que a *Indústria* tem uma participação de 17,71% no total de vínculos, ou seja, 200.984 pessoas empregadas, a *Construção civil*, 5,11% (57.991 empregados), o *Comércio*, 18,82% (213.593 empregados), *Serviços*, 52,10% (591.355 empregados), e a *Agropecuária*, por 6,27%, (71.123 empregados). O percentual de participação no total de vínculos empregatícios de cada subsetor na indústria é mostrado no gráfico 3 a seguir. Os subsetores com maior número de vínculos são: *Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico*, com 88.352 vínculos, *Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos*, com 23.979, e a *Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria*, com 21.373 vínculos.

Gráfico 3 – Participação dos subsetores no total de vínculos empregatícios da indústria goiana – 2008



Fonte: RAIS, MTE
Elaboração dos autores

4 - Remuneração e massa salarial na indústria goiana

Goiás apresentou uma massa salarial de R\$ 3.049.829,63 em 2008. Esta massa teve um aumento de 4,77% com relação ao ano anterior. O setor que mais apresentou aumento nos anos de 2007 e 2008 foi a *Construção civil* que em 2007 obteve um crescimento de 25,61% com relação a 2006 e em 2008, um aumento de 34,63% com relação ao ano anterior. A *Indústria* teve um aumento de 7,33% na massa salarial em 2008, sendo 9,99% na *Indústria extrativa mineral*, 8,40% na *Indústria de transformação* e 0,69% nos *Serviços industriais de utilidade pública*. O subsetor da indústria de transformação que apresentou maior aumento absoluto na massa salarial foi *Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico*, que obteve um aumento de 22.651,67 salários mínimos de massa salarial, valor bem acima do segundo subsetor com maior aumento, *Indústria mecânica*, com 3.559,22 salários mínimos de aumento.

Em 2008, a renda média dos empregados de Goiás era de 2,69 salários mínimos, inferior à renda média nacional de 3,30 salários mínimos. A renda média da indústria é de 2,63 salários mínimos, sendo os *Serviços Industriais de utilidade pública* o subsetor que apresenta a maior média salarial de 8,05 salários mínimos. O

segundo subsetor com maior média é a *Indústria extrativa mineral*, de 4,23 salários mínimos.

A renda média em reais goiana era, em 2008, de R\$ 1.106,26 sendo de R\$ 1.083,34 na indústria. A remuneração média da *Indústria extrativa mineral* era de R\$ 1.738,65, na *Indústria de transformação*, R\$ 948,81 e nos *Serviços industriais de utilidade pública*, R\$ 3.299,85, com variações de 13,37%, 13,95% e 5,29%, respectivamente, com relação ao ano de 2007.

5 - Grau de instrução do emprego industrial

Das pessoas que possuem emprego formal, grande parte (30,93%) possui ensino médio completo, ou seja, 351.107 pessoas. O percentual de pessoas com maior nível de ensino apresentou crescimento de 2005 para 2008 enquanto o com menor grau de instrução diminuiu. Na indústria os empregados que possuíam ensino médio completo em 2005 representavam 28,37% e em 2008 este percentual subiu para 34,04%. Os que possuíam ensino superior completo eram 4,08% do total em 2005 e em 2008, 5,30%. Já o percentual de analfabetos diminuiu de 0,87% em 2005 para 0,70 em 2008. A redução também pode ser observada para os empregados com até o 5º ano incompleto do ensino fundamental, do 5º ano completo, do 6º ao 9º ano incompleto, fundamental completo e ensino médio incompleto, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2 – Número de empregos formais por grau de instrução na indústria em Goiás – 2005 a 2008

Grau de instrução	2005		2006		2007		2008	
	Vínculos	% part.	Vínculos	% part.	Vínculos	% part.	Vínculos	% part.
Analfabeto	1.347	0,87	1.359	0,78	1.399	0,73	1.402	0,70
Até o 5º ano Incomp. do Ensino Fundamental	8.521	5,48	8.880	5,12	10.098	5,25	10.045	5,00
5º ano Comp. do Ens. Fundamental	11.805	7,60	12.618	7,27	15.398	8,00	14.724	7,33
Do 6º ao 9º ano Incomp. do Ensino Fundamental	25.844	16,64	25.681	14,80	26.403	13,72	26.158	13,01
Ensino Fundamental Completo	27.513	17,71	28.893	16,65	29.996	15,59	30.105	14,98
Ensino Médio Incompleto	25.465	16,39	29.578	17,04	31.336	16,28	32.718	16,28
Ensino Médio Completo	44.069	28,37	53.364	30,75	62.446	32,45	68.409	34,04
Educação Superior Incompleta	4.444	2,86	5.186	2,99	5.885	3,06	6.642	3,30
Educação Superior Completa	6.343	4,08	7.947	4,58	9.379	4,87	10.649	5,30
Mestrado Completo	-	-	40	0,02	85	0,04	110	0,05
Doutorado Completo	-	-	21	0,01	19	0,01	22	0,01
Total	155.351	100	173.567	100	192.444	100	200.984	100

Fonte: RAIS, MTE

Elaboração dos autores

Conforme classificação em subsetores do IBGE, em 2008, os maiores níveis de escolaridade estão nos *Serviços industriais de utilidade pública*, onde 67,13% dos empregados têm ao menos o ensino médio completo, a *Indústria do material de transporte*, com 66,19% dos vínculos com, no mínimo, ensino médio, e *Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria*, com 61,15% com escolaridade igual ou acima do ensino médio. O subsetor com menor nível de instrução é a *Indústria de produtos minerais não metálicos*, com 76,53% do estoque de emprego com instrução inferior ao ensino médio incompleto.

Como era de esperar, quanto maior o nível de escolaridade, maior a remuneração média do trabalhador. O analfabeto possui uma remuneração média de R\$ 672,81 na indústria, o empregado com nível fundamental completo recebe, em média, R\$ 805,16, com nível médio completo recebe R\$ 1.079,71, nível superior completo, R\$ 3.766,40, mestrado, R\$ 6.349,01. A exceção é para os empregados com doutorado, que possuem remuneração média de R\$ 5.067,31, inferior aos com mestrado.

6 – Homens versus mulheres na indústria goiana

Na indústria, a maior parte dos empregados são homens. Em 2008, 72,84% dos empregados eram do sexo masculino e 27,16% mulheres, ou seja, 146.402 homens e 54.582 mulheres, uma proporção de 2,68 homens para cada mulher. Esse percentual de homens é bem superior quando considerados todos os setores. Para o total de empregados são 58,85% do sexo masculino e 41,15% feminino. Porém, alguns subsetores tradicionalmente femininos da indústria apresentam uma maior percentagem de mulheres, como é o caso da *Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos*, com 65,17% de mulheres em Goiás.

As mulheres ainda apresentam remunerações inferiores aos homens. Na indústria, a remuneração dos vínculos do sexo feminino é 34,41% inferior à dos homens. Enquanto eles recebem R\$ 1.195,02 em média, elas têm uma remuneração de R\$ 783,79. O subsetor que apresenta a maior diferença salarial entre os gêneros é a *Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico*, onde as mulheres têm remuneração 34,11% inferior à dos homens. Os subsetores em que essa diferença é menor são *Indústria da madeira e do mobiliário*, com diferença de 2,31%, *Indústria de*

produtos minerais não metálicos, com defasagem de 5,82%.

4,93%, e *Serviços industriais de utilidade pública*, de

Tabela 3 – Total de vínculos empregatícios e a remuneração média por gênero na indústria em Goiás - 2008

Subsetores	Renda média (R\$)			Vínculos Empregatícios		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Extrativa mineral	1.771,81	1.354,80	1.738,65	6.227	538	6.765
Indústria de transformação	1.039,45	721,76	948,81	132.210	52.781	184.991
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	799,88	601,99	748,18	4.165	1.473	5.638
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	1.249,87	969,41	1.158,71	14.426	6.947	21.373
Indústria da madeira e do mobiliário	689,91	673,99	687,83	5.718	860	6.578
Indústria de calçados	605,51	550,74	586,54	1.087	576	1.663
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.118,26	736,77	1.024,10	66.544	21.808	88.352
Indústria de produtos minerais não metálicos	733,76	697,6	730,43	9.513	967	10.480
Indústria do material de transporte	1.328,32	1.102,16	1.293,94	3.509	629	4.138
Indústria do material elétrico e de comunicações	829,04	699,02	803,51	610	149	759
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1.042,82	924,24	1.009,78	5.272	2.036	7.308
Indústria mecânica	1.195,08	949,43	1.172,03	3.678	381	4.059
Indústria metalúrgica	1.052,72	900,89	1.033,83	9.337	1.327	10.664
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	619,9	550,22	574,49	8.351	15.628	23.979
Serviços industriais de utilidade pública	3.326,37	3.132,62	3.299,85	7.965	1.263	9.228
Total	1.195,02	783,79	1.083,34	146.402	54.582	200.984

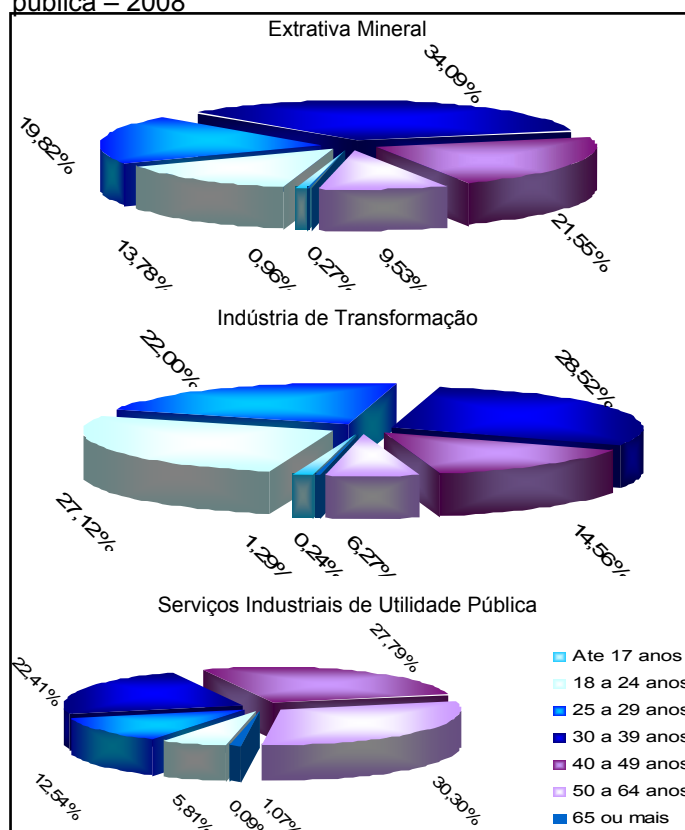
Fonte: RAIS, MTE
Elaboração dos autores

7 – Distribuição do emprego industrial conforme faixa etária

Em 2008, 1,22% dos empregados possuía até 17 anos de idade, 25,69% possuíam de 18 a 24 anos, 21,49% de 25 a 29 anos, 28,43% de 30 a 39 anos, 15,40% de 40 a 49 anos, 7,48% de 50 a 64 anos e 0,28% com 65 anos ou mais.

Um dado interessante é que, ao contrário dos demais subsectores da indústria que têm a grande maioria de seus empregados com menos de 40 anos de idade, o subsector *Serviços industriais de utilidade pública* possui 59,16% de seus empregados com 40 anos ou mais sendo 27,79% de 40 a 49 anos, 30,30% de 50 a 64 anos e 1,07% com 65 anos ou mais. Se levarmos em conta que 59,16% tem mais de 40 anos e que 31,37% tem mais de 50 anos, percebemos que ocorre uma falta de renovação do quadro dos *Serviços industriais de utilidade pública*. Os gráficos abaixo mostram a distribuição etária dos setores da *Indústria extrativa mineral*, *Indústria de transformação* e *Serviços industriais de utilidade pública*.

Gráfico 4 – Disposição dos trabalhadores por faixa etária nas Indústrias Extrativa Mineral, de Transformação e nos Serviços industriais de utilidade pública – 2008



Fonte: RAIS, MTE

Conclusão

O Estado de Goiás continua, sob aspectos conjunturais e estruturais, com indicadores favoráveis para investimentos, demonstrados principalmente pelos indicadores relacionados à indústria. Um dos setores que comprovam a evolução dessas variáveis e que se reflete no bom desempenho da economia é o da *Indústria*. Como a indústria é um setor que agrega valor e necessita de investimentos de maior vulto, tem o quarto maior número de estabelecimentos no Estado (21.917) sendo o subsetor industrial com maior número de estabelecimentos o da *Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos* (5.856), apresentando um aumento de 9,03% em 2008 com relação a 2005.

O ano de 2008 foi o de maior incremento no total de geração de empregos, observado pelas estatísticas da RAIS, porém na indústria o resultado não foi tão positivo, com crescimento percentual em 2008 inferior a 2006 e 2007, o que comprova os efeitos da crise mundial na economia goiana. Na variação percentual, o subsetor com maior crescimento foi a *Indústria mecânica*, 43,43% em 2008 com relação a 2007. A maior parte do pessoal empregado em Goiás está no setor de serviços, 52,10% deles. A participação da indústria no total de pessoas empregadas é de 17,71%.

A renda média goiana era de 2,69 salários mínimos em 2008, em reais, a renda média é de R\$ 1.106,26. Na indústria a média salarial é menor, sendo 2,63 salários mínimos ou R\$ 1.083,34. No setor industrial a maior remuneração média está nos *Serviços industriais de utilidade pública*, R\$ 3.299,85 ou 8,05 salários mínimos. Grande parte das pessoas com emprego formal, 30,93%, possui ensino médio completo e o percentual de pessoas com maior nível de instrução vem aumentando ao longo dos anos. Os dados da RAIS confirmam ainda que os maiores salários estão entre as pessoas com maior grau de escolaridade, enquanto o salário médio do empregado analfabeto é de R\$ 672,81 na indústria, o trabalhador com nível superior completo recebe em média R\$ 3.766,40.

Na indústria, a maior parte dos empregados são homens, a única exceção a este quadro é na *Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos*. A média de remuneração das mulheres é inferior à masculina. Na indústria, elas recebem em média 34,41% menos que eles.

A grande maioria dos empregados está na faixa etária de 18 a 40 anos, 75,61%. O subsetor da indústria com o maior percentual de empregados com mais de 40 anos é o subsetor *Serviços industriais de utilidade pública*, 59,16% do total.

A partir dessas análises sobre os dados estatísticos fornecidos pela RAIS pode-se perceber que, apesar do expressivo crescimento do setor industrial no Estado de Goiás (4,3% no seu VA), no que diz respeito aos vínculos empregatícios, a indústria goiana precisa continuar evoluindo com mais investimentos em educação, qualificação profissional e remuneração mais justa.

Referências

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais**, Ministério do Trabalho e Emprego, 2005 – 2008.

SEPLAN. **Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás**. Produto Interno Bruto. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em jan. 2010.

SEPLAN. **Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás**. Pesquisas Conjunturais – Pesquisa Industrial Mensal. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em jan. 2010.

SEPLAN. **Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás**. Goiás em dados - 2009. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em jan. 2010.

Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais enquanto estratégia de política para o desenvolvimento do Estado de Goiás



Wagno Pereira da Costa¹

Resumo: No Brasil, por um bom tempo, prevaleceu a tese de que as políticas industriais geravam desperdício de recursos públicos e que, portanto, não procedia mantê-las nem redirecioná-las. Contudo, uma mudança política, trazida pelo atual Governo Federal, recuperou a importância das políticas industriais para a retomada do processo de desenvolvimento. Dentre várias ações, houve a inclusão no Plano Plurianual (PPA), o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) como uma das estratégias de política industrial. Os APLs podem ser trabalhados no sentido de avançar na geração de externalidades positivas, na correção das eventuais deficiências regionais, no aprofundamento das interações entre os empresários, proporcionando um clima de aprendizado coletivo. Os APLs estão presentes em todo o território nacional e em diferentes estágios de desenvolvimento. Identificar seus pontos fracos, fomentar seus pontos positivos e explorar as oportunidades mercadológicas significa implantar uma política de desenvolvimento interna, autônoma, baseada na capacidade de iniciativa dos sujeitos locais.

Palavras Chaves: Arranjo Produtivo Local, Desenvolvimento Regional, Política Pública, Dinâmica do Estado de Goiás.

1. Estruturação e uso do termo APL

O grande e atual desafio dos governos municipal, estadual ou federal é desenvolver as potencialidades econômicas das áreas adstritas às suas regiões e que as mesmas se constituem em ações exequíveis, sustentáveis e politicamente corretas. Para tanto, alguns governos se baseiam na política de estruturação de Arranjos Produtivos Locais – APL's, cujo objetivo prima pela organização, dinâmica da estrutura local e pelo fomento das ações de apoio, para condicionar o desenvolvimento do território.

Como o tema ainda é novo, muitos órgãos públicos e privados e alguns autores propuseram definições para

esta política. Contudo, o desafio seria minimizar essas distorções conceituais e assim consolidar os conceitos. A proposta de unificação conceitual contribuiria para a expansão e o entendimento da estratégia pelo País, fazendo com que os sujeitos envolvidos absorvam a proposta e contribuam para o desenvolvimento regional, valorizando assim as iniciativas locais e sua governança por intermédio de ações institucionais.

Para iniciar o debate, destaca-se a metodologia, algumas definições e conceitos, que atendem tanto a Portaria Interministerial nº 200, de 03/08/2004 que institucionalizou o APL, adotando uma metodologia de apoio integrado, com base na articulação de ações governamentais quanto aos objetivos das instituições partícipes do Grupo de Trabalho Permanente de apoio aos APL's (GTP-APL), e ainda, conceitos e definições de alguns autores especialistas no assunto.

A priori, entendem que a lógica de apoiar os APL parte do pressuposto de que os diferentes sujeitos locais (empresários individuais, sindicatos, associações, entidades de capacitação, de educação, de crédito, de tecnologia, agências de desenvolvimento, entre outras) podem mobilizar-se e, de forma coordenada identificar suas demandas coletivas. Para tanto, devem acolher a metodologia para apoio aos APL's que estimula à construção de Planos de Desenvolvimento Participativos (PDP's) que envolvem as instituições locais e regionais.

A metodologia em si não limitou a propagação dos Arranjos pelo País e, segundo sítio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, é inexpressiva a quantidade de PDP's elaborados, ou

¹ Economista, Professor e Mestrando em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela PUC Goiás. e-mail: wagnopc@hotmail.com

seja, são 26 para um total de 957 Arranjos constituídos em 2005 (MDIC, 2009).

O que levou a uma propagação dessa monta? A falta de uma definição? Uma definição apropriada para os APL's está contida no Decreto Estadual nº 5.990/2004: consideram-se Arranjos Produtivos Locais os aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo espaço territorial, que apresentem, real ou potencialmente, vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem para a inovação tecnológica. (Estado de Goiás, 2004)

Embora seja ampla, essa definição, se somada à metodologia inicial, poderia ser a base para a formatação de um conceito de APL. Vejamos alguns conceitos: para a RedeSist, Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos representam fundamentalmente uma abordagem, um quadro de referências, a partir dos quais se busca compreender os processos de geração, difusão e uso de conhecimentos e da dinâmica produtiva e inovativa. Entende-se a produção e a inovação como processos sistêmicos, que resultam da articulação de distintos atores e competências (CASSIOLATO, 2009). Nesta proposta apresentada, já aparecem duas palavras que nos remetem a outros conceitos, como: sistema e inovação, que serão abordadas oportunamente.

Apesar de algumas definições atenderem às demandas por um conceito prático e objetivo, devemos compreender que historicamente há uma evolução dos termos e das políticas desenvolvimentistas que contribuíram para as definições mais usuais dos Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos atuais.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, APL's constituem em um tipo particular de *cluster*, formado por pequenas e médias empresas, agrupadas em torno de uma profissão ou de um negócio, onde se enfatiza o papel desempenhado pelos relacionamentos – formais e informais – entre empresas e demais instituições

envolvidas. As firmas compartilham uma cultura comum e interação, como um grupo no ambiente sociocultural local (SEBRAE, 2003).

Em se tratando de evolução, a partir do conceito de *Cluster* apresentado por Porter; aglomerados, pólos, distritos e outros termos por autores como: SUZIGAN, SCHMITZ, NADVI, CASSIOLATO, LASTRES, SZAPIRO, MYTELKA, FARINELLI, CAPORALI, VOLKER, SANTOS, podemos entender que o conceito é definido por um processo histórico, de evolução da estratégia e até mesmo da localidade.

Ao longo do século XX, ficou evidente que o “desenvolvimento não é um processo mecânico e rígido, fruto da raça ou do clima, da abundância de recursos naturais ou de um posicionamento geográfico ou ainda de suas crenças religiosas, mas sim de uma intrincada conjunção de bem-pensadas e articuladas iniciativas, resultante da adequada leitura das tendências futuras” (CAPORALI & VOLKER, 2004).

Algumas mudanças importantes ocorreram a partir dos anos de 1950, dentre elas, destacam as políticas de desenvolvimento, que ganharam corpo, conquistando espaço, e, finalmente, foram implantadas e testadas em algumas localidades, recebendo nomes distintos, como pólos, agropólos, distritos, aglomerados e outros, contudo se assemelhavam pela mesma tendência organizacional.

Ocorre que nas últimas duas décadas, disseminou-se o ceticismo em torno das políticas de desenvolvimento em geral, e, acentuadamente, sobre as de cunho industrial. Surgiram diversas dúvidas sobre a eficiência das políticas industriais, tais como: de alocação de recursos, em relação à eficiência modernizante das estruturas; questionamentos sobre a legitimidade, eficácia e foco; e, sobretudo, os benefícios para a economia local e regional.

Nesse ambiente de ceticismo, permaneceram algumas estratégias, no entanto as políticas industriais foram quase completamente relegadas, quando não descartadas. Alguns estados as mantiveram, de forma

mais ou menos discreta, mas quase nunca de forma assumida, clara, formulada conceitualmente, como uma política industrial. Realidade essa percebida somente nos últimos anos.

Nota-se que ao longo dos anos essa política foi aperfeiçoada chegando a um nível melhor de entendimento e próximo da realidade local. Segundo Santos (2004), com base nas “experiências bem sucedidas dos *clusters* do Norte da Itália e do Vale do Silício nos EUA, foi possível desenvolver uma política de desenvolvimento local”.

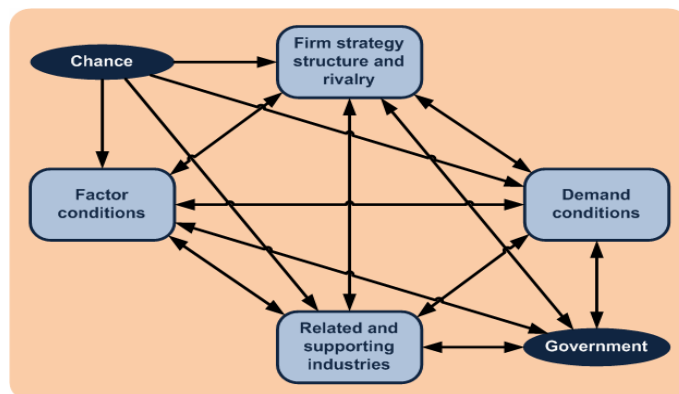
E nesse processo evolutivo surgem os APL's e os Arranjos e Sistemas Produtivos Inovativos Locais – ASPIL's, que

“são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento” (REDESIST, 2009).

Até o momento percebe-se que a definição de APL não se norteia necessariamente pelo porte das empresas, e sim pelos vínculos entre os agentes. Contudo, há de considerar a realidade brasileira, sobretudo das regiões desprovidas de desenvolvimento. Nesse sentido as observações de Mytelka & Farinelli (2000) são pertinentes, não podemos tratar como sistema e sim como arranjos produtivos.

Cassiolo, Lastres & Szafiro (2000) indicam algumas das principais peculiaridades que devem ser observadas no estudo dessas aglomerações, são elas: a dimensão territorial; a diversidade, as atividades e os atores; o conhecimento tácito; as inovações e aprendizados interativos; e a governança. Nesse caso, essas peculiaridades apontam para o envolvimento dos

sujeitos e suas inter-relações e Michael E Porter as identificam visualmente com o formato do diamante:



Fonte: Porter, Michael E. "A Vantagem Competitiva das nações", 1989.

Porter (1989), afirma que para ser produtiva, a empresa precisa de um *cluster*. Precisa de fornecedores que possam trabalhar com ela todos os dias, precisa de prestadores de serviço, de escolas que treinem pessoas para seu negócio. Não dá para fazer tudo simplesmente importando os produtos de que necessita. É preciso uma massa crítica que forme um *cluster*.

E finalmente, essas correlações mesmo em arranjos já constituídos, Schmitz (1999) argumenta que a “ação conjunta de atores privados tem sido mais importante que a intervenção do governo para resolver as falhas de mercado”. E ainda qualifica esse argumento à luz da evolução dos arranjos e da natureza das transformações que tal evolução sofre: quando mudanças importantes no contexto em que os APLs estão situados demandam respostas estratégicas de parte do arranjo, a ação de agências públicas como mediadores de conflitos ou catalisadores de ação conjunta torna-se importante (SCHMITZ E NADVI, 1999).

A partir de várias posições, pode-se sintetizar e consolidar a idéia de que os APLs geram externalidades positivas, corrigem eventuais deficiências regionais, aprofunda as inter-relações entre os empresários, proporcionando clima de aprendizado coletivo. Os APLs, em suas localidades envolvem um grande número da população economicamente ativa, tem reais condições de polarizar outras cidades, gerando uma rede integrada com forte potencial de crescimento.

Contudo, é importante para os APLs identificar seus pontos fracos, fomentar seus pontos positivos, explorar as oportunidades mercadológicas e implantar uma política de desenvolvimento interna, autônoma, baseada na capacidade de iniciativa dos sujeitos locais.

2. APL enquanto estratégia política de desenvolvimento

A ideia de Arranjo Produtivo Local – APL como estratégia, consolidou-se no Brasil em agosto de 2004, embora haja relato de experiências com data anterior, contudo foi nesta oportunidade que houve uma melhor visão e entendimento dessa política, e ainda, uma melhor conceituação. Entretanto, somente quando incorporado o tema à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e aos Planos Plurianuais de 2004-2007 e de 2008-2011, sobretudo no primeiro é que houve a disseminação enquanto ação estratégica nas unidades da federação.

Essa iniciativa deu um forte impulso na política de apoio, e propiciou uma maior organicidade a sua própria atuação. Outra ação importante foi a criação do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), composto por 33 instituições governamentais e não-governamentais de abrangência nacional.

A partir desse esforço surgem em diversas regiões do país diversas experiências inspiradas nessa política, embora com algumas confusões quanto ao tema, mas a essência era mantida, prevalecendo iniciativas que primaram a organização empresarial do lugar, visando à estruturação para o desenvolvimento local e regional. (MDIC, 2009)

A opção estratégica de governos pela atuação em APL decorre, fundamentalmente, do reconhecimento de que políticas de fomento a pequenas e médias empresas são mais efetivas quando direcionadas a grupos de empresas e não a empresas individualizadas. O tamanho da empresa passa a ser secundário, pois o potencial competitivo advém não de ganhos de escala

individuais, mas sim de ganhos decorrentes de uma maior cooperação entre essas firmas.

Essa afirmativa foi observada melhor em 2007, quando ocorreu um Levantamento Institucional dos APLs no País, com o objetivo de construir um conjunto de dados sociais e econômicos padronizados dos arranjos produtivos locais, a partir das informações encaminhadas pelos 27 Núcleos Estaduais de Apoio aos APLs (MDIC, 2009).

O governo de Goiás, logo em seguida, ainda no final de 2004, criou a Rede Goiana de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (RG-APL), por meio do Decreto 5.990/2004, sob a coordenação da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTEC). O decreto explicita o conceito de APL adotado no Estado e considera os Arranjos Produtivos Locais como aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo espaço territorial, que apresentem, real ou potencialmente, vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem para a inovação tecnológica.

De acordo com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), a temática aparece também na estratégia “Pólos Dinâmicos Industriais, Comerciais, de Serviços, Turísticos, de Mineração e de Agronegócio”, que tem entre suas diretrizes a “Promoção do desenvolvimento local, incentivando, principalmente, as empresas que praticam cooperação ou participam de arranjos produtivos locais com uma governança estabelecida”.

Identifica-se ainda, que entre os objetivos do Programa “Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento”, encontra-se a busca de “integração das regiões de Goiás às metodologias e ferramentas de desenvolvimento sustentável regional/local, tais como Arranjos Produtivos Locais, Agropólos, Plataformas Tecnológicas e Adensamento de Cadeias Produtivas” (SEPLAN, 2008). Uma ação dentro desse Programa, denominada “Implantação de metodologias de desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Informação

(C, T & I)", abriga as iniciativas da SECTEC de apoio aos arranjos, inclusive a de coordenação do RG-APL.

O apoio a Arranjos Produtivos Locais é fruto de uma nova percepção de políticas públicas de desenvolvimento, em que o local passa a ser visto como um eixo orientador de promoção econômica e social. Seu objetivo é orientar e coordenar os esforços governamentais na indução do desenvolvimento local, buscando-se, em consonância com as diretrizes estratégicas do governo, a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações.

3. APL enquanto política em Goiás – relato do APL da cerâmica vermelha do norte

As primeiras ações de apoio a APLs em Goiás ocorreram no ano de 2000, a partir de uma parceria entre os governos estaduais da Região Centro-Oeste, com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e suas agências FINEP e CNPq, e o Ministério da Integração Nacional (MI). Desse esforço inicial de elaboração de um "Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para a Região Centro-Oeste", a parceria evoluiu para ideia de articulação de dois a três projetos pilotos em cada Estado, de formatação e implementação de projetos cooperativos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em aglomerações produtivas.

Apesar deste primeiro momento, as ações com APL's intensificaram a partir da criação da Rede Goiana de Apoio aos APL's – RG-APL. Essa Rede passou a atuar no início de 2006, e foi bastante efetiva até meados de 2008. Uma reforma administrativa, realizada naquele momento, resultou na desarticulação de equipes com experiência na atuação em APLs em vários órgãos do governo estadual, o que levou a certa paralisia na ação da Rede. Somente em abril de 2009 que suas atividades começaram a ser retomadas.

O quadro a seguir apresenta 50 Arranjos Produtivos constituídos em Goiás nos últimos 10 anos. Vale destacar que o grande sobressalto ocorreu a partir de 2004, com as ações da RG-APL, como grande articuladora da rede, e por intermédio de ações do

SEBRAE atuando diretamente em 18 Arranjos; do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que passou a atuar com arranjos, no final de 2004, a partir de um convite do Ministério da Integração Nacional (MI) para ser o executor de um Programa Desenvolvimento de Arranjo Produtivo Local, daquele ministério, na região do Entorno do Distrito Federal, hoje atua em 10 Arranjos; e, do estado de Goiás, por intermédio da SIC, SEPLAN, SECTEC, Agência Goiana de Turismo (AGETUR) e Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR) que atuam em 22 Arranjos.

A institucionalização do Arranjo não significa propriamente que o mesmo está em pleno desenvolvimento, até pelo fato de definição, conceito e nível de articulação, pode-se perceber que destes colocados, apenas 36 estão articulados e mantém certa governança. (CASTRO, 2009)

Contudo, os desafios colocados a postos, e as possibilidades de articulação de Arranjos nas mais variadas atividades econômicas fez do Estado de Goiás, num primeiro momento referência no segmento de Confecções, sobretudo pelas ações desenvolvidas no Arranjo da cidade de Jaraguá/GO. E recentemente, por ocasião da 4ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais, ocorrida em outubro de 2009, em Brasília, os Arranjos de Audiovisual de Goiânia e da Cerâmica Vermelha do Norte, foram destaques como cases de sucesso. (MDIC, 4ª CONFERÊNCIA)

Com o objetivo de exemplificação dessa política em Goiás, e pela oportunidade da 4ª Conferência, o APL da Cerâmica Vermelha do Norte reúne algumas características que garante o sucesso enquanto ação estratégica no Estado. Pois essa iniciativa conseguiu fomentar o segmento da cerâmica vermelha da Região Norte a partir do emprego dessa metodologia, como forma de promoção do protagonismo local, da competitividade, da qualidade, da inovação e da preservação ambiental.

Quadro 1 - Goiás, APLs Selecionados pelo RG-APL, 2009

1. Açafraão de Mara Rosa	2. Fruticultura Luziânia
3. Algodão da Região de Santa Helena	4. Grãos na Estrada de Ferro
5. Apicultura de Serra Dourada	6. Grãos, Aves e Suínos da Região de Rio Verde
7. Apicultura do Entorno Norte do DF	8. Látteo da Microrregião de Formosa
9. Aquicultura da Grande Goiânia	10. Látteo da Região da Estrada de Ferro
11. Aquicultura de São Simão	12. Látteo da Região de Goiás
13. Aquicultura da Serra da Mesa	14. Látteo da Região de São Luís de Montes Belos
15. Aquicultura Rio Paranaíba	16. Látteo do Norte Goiano
17. Artesanato Mineral de Cristalina	18. Mandioca da Microrregião de Iporá
19. Audiovisual de Goiânia	20. Mel da Microrregião de Porangatu
21. Bananicultura Buriti Alegre	22. Mineral/Quartzito de Pirenópolis
23. Cachaça da Estrada de Ferro	24. Móveis da Região Metropolitana de Goiânia
25. Cachaça do Vale do Paraná	26. Móveis de Valparaíso
27. Calçados de Goiânia e Goianira	28. Móveis e Madeira do Vale do São Patrício
29. Carne da Microrregião de Jussara	30. Orgânicos da Grande Goiânia
31. Cerâmica Vermelha Norte	32. Orgânicos de Silvânia
33. Confecções da Região de Jaraguá	34. Ovinocrinocultura no Nordeste
35. Confecções de Águas Lindas	36. Tecnologia da Informação de Goiânia e Aparecida
37. Confecções de Moda Feminina de Goiânia e Trindade	38. Turismo da Chapada dos Veadeiros
39. Confecções Rio Verde	40. Turismo da Cidade de Goiás
41. Confecções Sancrelândia	42. Turismo de Caiapônia
43. Farmacêutico de Goiânia e Anápolis	44. Turismo de Caldas Novas e Rio Quente
45. Fécula de Mandioca de Bela Vista	46. Turismo de Piranhas
47. Frutas Nativas do Cerrado do Nordeste	48. Turismo de Pirenópolis
49. Frutas Nativas do Vale do Paraná	50. Vitivinicultura de Santa Helena

Fonte: Relatório RG-APL 2007 e Entrevista, 2009.

No evento, os representantes do APL da Cerâmica Vermelha do Norte destacaram as ações de inovações no desenvolvimento de novos produtos, tais como: blocos estruturais; canaletas para formas; pesquisa e desenvolvimento de telhas pintadas à base de Poliester e Engobada (multicoloridas); e pela pesquisa e desenvolvimento de telhas de queima branca. (CAVALCANTE, 2009)

Cavalcante evidencia que no arranjo houve várias ações de desenvolvimento, que proporcionou a adequação das empresas ao Programa Setorial de Qualidade (PSQ); certificação de produtos pelo Inmetro; instalação de laboratórios em três empresas; participação no 36º Encontro Nacional da Indústria Cerâmica (Grupo de nove empresas); Visita ao Pólo Ceramista de Itú, Tatuí e Santa Gertrudes e SENAI Mario Amato – São Bernardo do Campo; e a criação do site do APL da Cerâmica do Norte de Goiás. (CAVALCANTE, 2009)

Para completar o case de sucesso, a governança do Arranjo consolidou algumas ações de sustentabilidade, que visam à recuperação de jazidas de argilas consorciadas com a criação de peixes e formação de pomares; reflorestamento de áreas, desenvolvido por associação ou individualizado; implantação de queima com bagaço de cana, serragem, cavaco de poda de serragem, cavaco de poda de árvores urbanas e sobras de eucalipto, em substituição de lenha nativa; implantação de secadores à base de luz solar. (CAVALCANTE, 2009)

Conclusões

Pretensioso, ou não, este artigo quer contribuir para uma formatação de uma política desenvolvimentista para o País, quer seja por meio da consolidação da definição do termo Arranjos Produtivos Locais (APLs), ou ainda, pela instigação a propositura de políticas de

apoio aos Arranjos existentes, com finalidade de fornecer subsídios para a formulação e o aperfeiçoamento das ações operacionais neles contidas.

O ponto de partida foi a deturpação do termo, onde tudo é ou será APL. Essa situação fez com que houvesse esforços para que numa tentativa consolidasse um conceito, uma definição. Todavia, essa política, no formato atual com várias interpretações, tem obtido exitosos casos de sucesso, tanto nos arranjos apoiados pela iniciativa pública quanto pelas privadas, a exemplo do SEBRAE e do SENAI.

Temos vários casos de sucesso de Arranjos no Estado de Goiás e só foram possíveis graças a um trabalho sério e comprometido de instituições e do governo, que entenderam a filosofia de atuação e propuseram ações exeqüíveis, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento local.

As experiências demonstraram que têm melhorado nas regiões dos arranjos os indicadores como: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), emprego e renda. Além dos dados econômicos como: Produto Interno Bruto - PIB, volume de produção, número de estabelecimentos por porte, faturamento, arrecadação, população, dentre outros indicadores.

Contudo, há a necessidade de uma pesquisa séria e capaz de afirmar a esses e a outros indicadores de APL, contudo permanecem algumas incertezas e vazios, quais sejam: identificar quais têm sido os resultados, possibilidades e limites das políticas públicas implantadas para estruturar e consolidar os APL's como instrumento do desenvolvimento econômico.

Referências

AMARAL FILHO, J. do. *É negócio ser pequeno, mas em grupo; desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Termo de referência: *Análise do*

mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Brasil. Rio de Janeiro: BNDES, março 2008, mimeo.

BRITO, J. & ALBAGLI, S. *Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais*. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), Rio de Janeiro, 2003.

CAPORALI, Renato; VOLKER, Paulo (organizadores). *Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais : Projeto Promos - Sebrae - BID : versão 2.0*, Brasília: Sebrae, 2004.

CASSIOLATO, José Eduardo. *Apresentação Palestra Máster*. 4ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais. Centro de Eventos e Treinamentos da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Brasília-DF: GTP APL, 27 de outubro de 2009.

CASSIOLATO, J., LASTRES H. E SZAPIRO, M. *Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico*. NT 27 - Projeto de pesquisa arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas. Rio de Janeiro, 2000.

CASTRO, Sérgio Duarte. *Diretrizes de política industrial e tecnológica*. Goiânia, 2007, mimeo.

CASTRO, Sérgio Duarte. (Coord.) *Relatório I - Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Goiás: Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio*. Projeto BNDES/FEPESE-UFSC, 2009. mimeo

CAVALCANTE, Belmonte Amado Rosa. *Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade: Apresentação do APL de Cerâmica do Norte de Goiás*. 4ª Conferência Nacional de Arranjos Produtivos Locais, Brasília, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Arranjo Produtivo Local*. Disponível em www.mdic.gov.br acesso 24/10/2009.

_____, 4ª Conferência Nacional de Arranjos Produtivos Locais. Programação, slides. Brasília, outubro, 2009.

MYTELKA, L. K., FARINELLI, F. *Local clusters; innovation systems and sustained competitiveness*. Nota Técnica nº 5 do Projeto: Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: IE/UFRJ/BNDES/FINEP/FUJB, 2000.

PORTER, M. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

SANTOS, Gustavo Antônio Galvão dos, et al. *Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais*. IN Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 11, N. 22, P. 151-179, DEZ. 2004.

SEBRAE. Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *Termo de Referência para atuação do Sistema SEBRAE em Arranjos Produtivos*

Locais. Brasília: SEBRAE, 2003. mimeo. Disponível em www.biblioteca.sebrae.com.br. Acesso 15/10/2009

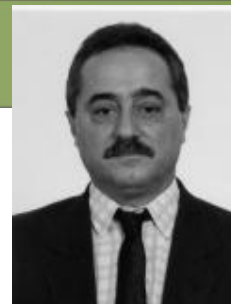
SEPLAN, Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás. *Hora de estimular, organizar e fortalecer as cadeias produtivas*. Economia e Desenvolvimento n.12, julho-setembro, 2003. p. 21-28

_____. Plano Plurianual 2008-2011. Goiânia:Seplan-Go, 2008. Disponível em www.seplan.go.gov.br. Acesso em 05/04/2009.

SCHMITZ, H. Collective efficiency and increasing returns. *Cambridge Journal of Economics*, v. 23, n. 4, 1999

RG-APL. Rede Goiana de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais. *Panorama dos APLs de Goiás. Relatório Semestral da Rede Goiana de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais*. Goiânia: SECTEC, 2007. mimeo

A importância da auditoria ambiental para a indústria de mineração goiana



Nassri Bittar¹

Resumo: O objetivo deste artigo é demonstrar a importância da auditoria ambiental para a indústria de mineração goiana. Destaca-se que as indústrias de mineração estão entre aquelas que mais provocam a degradação ambiental no mundo, no Brasil e em território goiano. Causam impactos ambientais significativos que comprometem a qualidade de vida, sendo que a auditoria ambiental pode constituir-se em um dos instrumentos que podem reverter essa situação. Entretanto, a legislação ambiental goiana, ao contrário da brasileira e dos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, não exige esse procedimento.

Palavras-chave: Auditoria Ambiental, Indústria de Mineração, Meio Ambiente, Preservação.

Em todo mundo a extração mineral é uma das atividades industriais que mais provocam danos ao meio ambiente e, conseqüentemente, ao ser humano. A exploração mineral a céu aberto não apenas aniquila as paisagens naturais, uma vez que retira a cobertura vegetal, destruindo assim o relevo, mas seus resíduos, que quase sempre são lançados no ambiente, provocam impactos ambientais significativos como o assoreamento dos rios e transformam as peculiaridades, tanto físicas quanto químicas, dos cursos fluviais.

Assim, fica explícito que a atividade mineradora causa impactos ambientais que interferem na preservação do meio ambiente, bem como na qualidade de vida das pessoas que trabalham ou vivem próximo às áreas de

exploração mineral. Ross (2004, p. 232) afirma que: “A mineração e o garimpo são atividades que também exercem forte interferência no ambiente natural e contribuem para sua deterioração. Trata-se da extração de recursos minerais do solo e do subsolo, dos mais variados tipos e usos”.

É neste contexto que a auditoria ambiental² constitui-se um instrumento imprescindível tanto para a indústria de mineração como para os demais ramos industriais. A auditoria ambiental para as indústrias de mineração é tanto mais necessária visto que a atividade mineradora é uma das que mais afetam o meio ambiente, principalmente através da poluição do solo, do ar e da água, como ilustram as tabelas 1 e 2.

Portanto, a proposta de auditoria ambiental para as indústrias em questão só trará benefícios para as empresas e para o meio ambiente, já que permitirá aos administradores diagnosticar os fatores que contribuem para agredi-lo e, conseqüentemente, implantar soluções para os problemas encontrados. Assim, Elmwoold (1990) apud Callenbach (1993, p. 94) instituiu a eco-auditoria ou auditoria ambiental considerada como:

... o exame e a revisão das operações de uma empresa da perspectiva da ecologia profunda, ou do novo paradigma. É motivada por uma mudança nos valores da cultura empresarial, da dominação para a parceria da ideologia da sustentabilidade ecológica. Envolve uma

¹ Geólogo com Especialização em Políticas Públicas pela UFG, Consultor e Mestrando em Educação. e-mail: nassribittar@hotmail.com

² É um processo sistemático e formal de verificação, por uma parte auditora, se a conduta ambiental e, ou o desempenho ambiental de uma entidade auditada atendem a um conjunto de critérios especificados. (Philippi, Jr & Aguiar, 2004, p. 811).

Tabela 1. Estabelecimentos Industriais Potencialmente Poluidores da Água por Gêneros de Indústria, Segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação.

Grandes Regiões e as Unidades da Federação	Estabelecimentos Industriais Potencialmente Poluidores da Água									
	Gêneros de Indústria									
	Total	(%)	Extração de Minerais		Transformações de minerais não-metálicos		Metalúrgica		Mecânica	
			Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
NORTE	1.549	2,48	46	1,16	17	0,44	37	0,67	-	-
Rondônia	203	0,32	11	0,28	1	0,03	-	-	-	-
Acre	63	0,11	1	0,02	1	0,03	2	0,04	-	-
Amazonas	263	0,11	1	0,02	1	0,03	20	0,36	-	-
Roraima	16	0,43	9	0,23	1	0,03	-	-	-	-
Pará	980	1,57	21	0,53	14	0,35	15	0,27	-	-
Amapá	19	0,03	4	0,10	-	-	-	-	-	-
NORDESTE	11.169	17,87	363	9,16	1.515	38,55	366	6,63	17	7,05
Maranhão	1.364	2,18	4	0,10	16	0,41	10	0,18	1	0,42
Piauí	661	1,06	12	0,30	95	2,42	8	0,14	-	-
Ceará	1.610	2,58	66	1,67	331	8,42	62	1,13	8	2,32
Rio Grande do Norte	659	1,05	23	0,58	154	3,92	7	0,13	2	0,83
Paraíba	1.196	1,91	43	1,09	126	3,20	45	0,82	-	-
Pernambuco	1.718	2,75	44	1,11	132	3,36	153	2,77	3	1,24
Alagoas	412	0,66	12	0,30	27	0,69	4	0,07	-	-
Sergipe	470	0,75	37	0,93	17	0,43	8	0,14	-	-
Bahia	3.079	4,93	122	3,08	617	15,70	69	1,25	3	1,24
SUDESTE	32.105	51,36	2.145	54,14	1.599	40,69	4.201	76,09	192	79,67
Minas Gerais	7.194	11,51	838	21,15	457	11,63	510	9,24	16	6,64
Espírito Santo	1.707	2,73	129	3,26	113	2,87	34	0,62	-	-
Rio de Janeiro	3.872	6,19	317	8,00	317	8,07	419	8,89	31	12,86
São Paulo	19.332	30,93	861	21,73	712	18,12	3.166	57,34	145	60,17
SUL	12.997	20,79	706	17,82	636	16,18	860	15,58	32	13,28
Paraná	4.692	7,50	281	7,09	203	5,16	149	2,70	7	2,90
Santa Catarina	3.093	4,95	196	4,95	138	3,51	201	3,64	11	4,57
Rio Grande do Sul	5.212	8,34	229	5,78	295	7,51	510	9,24	14	5,81
CENTRO-OESTE	4.686	7,50	702	17,72	163	4,14	57	1,03	-	-
Mato Grosso do Sul	700	1,12	31	0,78	28	0,71	8	0,14	-	-
Mato Grosso	1.121	1,80	443	11,18	16	0,41	9	0,16	-	-
Goiás	2.733	4,37	212	5,35	105	2,67	34	0,62	-	-
Distrito Federal	132	0,21	16	0,41	14	0,35	6	0,11	-	-
BRASIL	62.506	100,0	3.962	100,0	3.930	100,0	5.521	100,0	241	100,0

Fonte: IBGE, Censo Industrial – Dados Gerais, 2000, p. 101.

Tabela 2. Estabelecimentos Industriais Potencialmente Poluidores da Água por Parâmetros de Poluição, Segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 1980.

Grandes Regiões e as Unidades da Federação	Estabelecimentos Potencialmente Poluidores da Água											
	Parâmetro de Poluição											
	DBO+MS		DBO+OG		DBO+ST		MS+OG		MS+ST		OG+ST	
	Est.	(%)	Est.	(%)	Est.	(%)	Est.	(%)	Est.	(%)	Est.	(%)
NORTE	581	3,79	226	22,07	29	1,34	67	5,94	17	1,68	29	0,57
Rondônia	143	0,94	1	0,10	2	0,09	-	-	9	0,89	1	0,02
Acre	48	0,31	1	0,10	-	-	-	-	-	-	1	0,02
Amazonas	26	0,17	3	0,29	12	0,55	24	2,13	2	0,20	16	0,31
Roraima	9	0,06	1	0,10	-	-	-	-	-	-	1	0,02
Pará	352	2,30	216	21,09	15	0,69	43	3,81	2	0,20	10	0,20
Amapá	3	0,02	4	0,39	-	-	-	-	4	0,40	-	-
NORDESTE	3.062	19,99	61	5,96	132	6,11	83	7,35	66	6,53	334	6,50
Maranhão	1.114	7,27	1	0,10	1	0,05	-	-	-	-	10	0,20
Piauí	359	2,35	2	0,20	3	0,14	-	-	2	0,20	9	0,18
Ceará	321	2,10	11	1,07	14	0,65	9	0,80	12	1,19	59	1,15
Rio Grande do Norte	74	0,48	1	0,10	8	0,37	4	0,35	7	0,70	8	0,16
Paraíba	144	0,94	4	0,39	6	0,28	8	0,71	4	0,39	34	0,66
Pernambuco	150	0,98	23	2,25	33	1,53	12	1,06	6	0,59	149	2,50
Alagoas	67	0,43	4	0,39	9	0,42	1	0,08	-	-	3	0,06
Sergipe	55	0,36	1	0,10	14	0,65	-	-	-	-	9	0,17
Bahia	778	5,08	14	1,37	44	2,02	49	4,34	35	3,46	53	1,03
SUDOESTE	5.553	36,25	541	52,83	1.834	84,83	800	70,86	755	74,68	3.906	76,04
Minas Gerais	2.076	13,55	88	8,59	117	5,41	115	10,19	116	11,47	356	6,93
Espírito Santo	407	2,66	5	0,49	8	0,37	8	0,71	9	0,89	26	0,51
Rio de Janeiro	354	2,31	49	4,78	141	6,52	101	8,95	94	9,30	451	8,78
São Paulo	2.716	17,73	399	38,96	1.568	72,53	576	51,02	536	53,02	3.073	59,82
SUL	3.242	21,17	186	18,16	157	7,26	175	15,50	156	15,46	783	15,24
Paraná	1.522	9,94	52	5,08	32	1,48	33	2,92	22	2,17	192	3,74
Santa Catarina	533	3,48	37	3,61	62	2,87	75	6,64	31	3,06	179	3,48
Rio Grande do Sul	1.187	7,75	97	9,47	63	2,91	67	5,93	103	10,19	412	8,02
CENTRO-OESTE	2.879	18,80	10	0,98	10	0,46	4	0,35	17	1,68	85	1,65
Mato Grosso do Sul	405	2,64	1	0,10	2	0,09	-	-	4	0,39	16	0,31
Mato Grosso	508	3,32	-	-	1	0,05	1	0,09	1	0,10	10	0,19
Goiás	1.947	12,71	5	0,49	7	0,32	1	0,09	11	1,09	49	0,95
Distrito Federal	19	0,12	4	0,39	-	-	2	0,18	1	0,10	10	0,19
BRASIL	15.317	100,0	1.024	100,0	2.162	100,0	1.129	100,0	1.011	100,0	5.137	100,0

Fonte: IBGE, Censo Industrial – Dados Gerais, 2000, p. 106.

Obs.: - Demanda bioquímica de oxigênio - DBO
 - Material em suspensão - MS
 - Óleos e graxas - OG
 - Substâncias tóxicas - ST

mudança correspondente do pensamento mecanicista para o pensamento sistêmico e, por conseguinte, um novo estilo de administração sistêmica. O resultado de uma eco-auditoria é um plano de ação para minimizar o impacto da empresa e fazer com que todas as suas operações sejam mais ecologicamente corretas.

Depois de concluída a auditoria ambiental, esta pode ser submetida a uma das normas internacionais de gestão ambiental da série ISO (Organização Internacional para a Normalização), mais especificamente a ISO 14001. As instituições credenciadas estão aptas a emitir uma declaração garantindo que uma empresa qualquer possui um sistema de gestão ambiental que a habilita receber a certificação da referida norma.

Além dos aspectos positivos já comentados, a auditoria ambiental é importante para qualquer organização visto que favorece:

- A economia de gastos;
- O acesso dos administradores e dos investidores a estratégias que podem resultar na redução de perdas;
- O desenvolvimento de atividades destinadas a controlar a poluição;
- A observância de estratégias que visem à diminuição da produção de resíduos. Nesse sentido, Bezerra (2005, p. 1) afirma que: “A auditoria ambiental (AA) é a ferramenta usada pelas empresas para controlar a observância a critérios e medidas estipuladas com o objetivo de evitar a degradação ambiental”.

Entretanto, é preciso alertar que a auditoria ambiental proposta para a indústria de mineração goiana, tem de

ser realizada de forma minuciosa, retratando a real situação diagnosticada, para não cair em descrédito, como ocorre em relação à Petrobrás. Assim Philippi, Jr e Aguiar (2004, p. 818) argumentam que:

Entre os benefícios geralmente apontados para as empresas certificadas está a melhora da sua imagem junto ao mercado. No Brasil em particular, essa melhoria de imagem diminuiu em virtude dos inúmeros acidentes ocorridos em unidades da Petrobrás, empresa que tem várias divisões certificadas pela NBR ISO 14001 e que usa essa certificação em sua propaganda corporativa.

Portanto, a auditoria ambiental idealizada para as indústrias goianas de mineração suscita como condição a priorização da ética e veracidade da realidade identificada, para não colocar em dúvida a certificação ambiental dada a alguma das empresas.

É importante ressaltar que em Goiás, a auditoria ambiental ainda não se constitui uma exigência legal como estabelece a Constituição Brasileira e dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Este é um dos fatores que favorecem a ação indiscriminada das indústrias de mineração sobre o meio ambiente. No entanto, toda organização, independente do setor em que atua, quando compromissada com a questão ambiental, promove a realização da auditoria, pois, a mesma possibilita diagnosticar o que precisa ser feito para diminuir não apenas os custos ambientais, bem como implantar alternativas para os problemas identificados, a exemplo do que ilustram as figuras 1 e 2.

Figura 1. Vista da bancada da pedreira abandonada, área já decapeada sem vegetação.



Figura 2. Vista geral do pátio da unidade de britagem, observando a vegetação antropizada.



Tendo em vista a questão ambiental, Philippi Jr e Aguiar (2004, p. 854) alertam que:

As auditorias ambientais tendem a ser cada vez mais compreendidas e aplicadas num ambiente econômico extremamente competitivo internacionalmente, no qual as sociedades se mostram cada vez mais conscientes e exigentes quanto à preocupação com o meio ambiente nas atividades econômicas, as auditorias ambientais são um instrumento adequado para gerar informações relativas à gestão e a comunicação ambiental.

Em Goiás, a indústria da mineração tem causado impactos ambientais relevantes. Visando diminuir tais impactos ou eliminá-los, tem-se sugerido que esse ramo industrial implante um modelo de auditoria ambiental fundamentado nas recomendações da ISO 14001. Nesse sentido Paula (2004, p. 197), ressalta que:

A norma ISO 14001 de sistema de gestão ambiental representa, com certeza, um recurso relevante na medida que salienta a necessidade de preservar o meio ambiente na atualidade e é imprescindível para as empresas receberem a certificação de qualidade ambiental, e, constitui-se em uma estratégia diferencial para uma empresa sobre outras organizações e mostram a toda sociedade, e em especial a sua clientela que a empresa está empenhada em proteger o meio ambiente, e ao mesmo tempo, está comprometida com a qualidade ambiental, que na atualidade constitui-se uma preocupação mundial.

Para a auditoria ambiental a ser realizada nas indústrias de mineração considera-se relevante realizar o monitoramento ambiental em toda sua plenitude, ou seja, do ar, do solo e da água nas áreas próximas das mesmas, tendo como objetivo analisar a existência de algum tipo de contaminação proveniente de suas atividades. O monitoramento ambiental para as empresas de mineração goianas não pode se limitar apenas à questão ambiental devendo ser mais abrangente, envolvendo a realização de exames laboratoriais e acompanhamento médico dos seus colaboradores para diagnosticar se a saúde encontra-se comprometida ou não.

Muitas mineradoras, visando melhor posição no mercado e aprovação da sociedade, têm recorrido a estratégias de proteção ao meio ambiente, como é o

caso da auditoria ambiental. Atitudes assim significam o diferencial dessas empresas e refletem, junto ao governo, às Organizações Não Governamentais (ONG's), aos órgãos de defesa ambiental e, principalmente, aos trabalhadores, a preocupação dos administradores com a preservação ambiental e com o bem estar físico e psicológico dos funcionários.

Esses administradores estão demonstrando o compromisso com uma administração que prioriza a responsabilidade social. É neste contexto que se devem integrar as indústrias de mineração do Estado de Goiás, mediante adoção de novas estratégias em suas decisões.

Contudo, é bom lembrar que o sucesso da auditoria ambiental depende em especial, da capacitação profissional do auditor³, uma vez que cabe a ele aplicar na íntegra os princípios da série ISO 14001 durante o desenvolvimento do processo de auditoria. Este é bastante complexo como mostra a figura 3.

O auditor precisa, pois, possuir conhecimento profundo sobre a série ISO 14001. Além disso, Paula (2004, p. 194) destaca que esse profissional deve: "... Agir com independência, integridade, competência, confidencialidade, objetividade e profissionalismo e obedecer às normas técnicas de acordo com a auditoria".

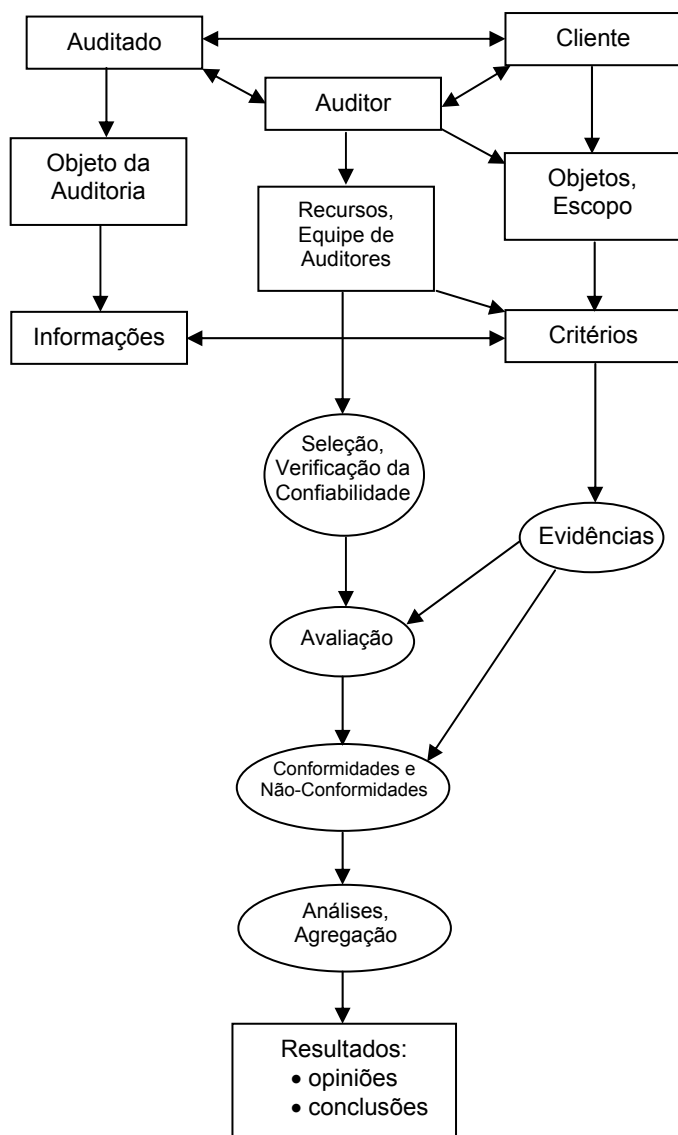
É imprescindível, assim, que a administração da indústria de mineração promova a auditoria, colocando em prática as etapas sugeridas por Rovere et. al. (2000). A empresa deverá desenvolver as ações propostas pelo auditor em busca de soluções para os problemas identificados no processo de auditoria ambiental. Caso não proceda desse modo, a organização auditada não poderá atribuir a terceiros a responsabilidade, seja jurídica ou social, por qualquer prejuízo que venha ocorrer no meio ambiente. Fica

³ Por definição etimológica, auditor é aquele que ouve. A tarefa básica do auditor é coletar informações por meio de entrevistas, exame de documentos e observação, compara-las com os critérios da auditoria e relatar o resultado ao cliente (Philippi, Jr & Aguiar, 2004, p. 814).

isento também de responsabilidade o auditor, uma vez que tenha relatado todas as informações obtidas no trabalho de auditoria. Nesse contexto, Brenzingel et al. (2000, p. 10) afirma que:

Na apresentação de resultados de auditoria deve-se assegurar que a alta administração receba a informação adequada. Ela deve incluir informações sobre objetivo, abrangência dos resultados de outras auditorias realizadas bem como abranger todas as constatações importantes de auditorias, não conformidades e conclusões sobre o cumprimento de exigências. A alta administração necessita destas informações para que ela possa direcionar e sentir sua total responsabilidade na execução da política ambiental e do Sistema de Gestão Ambiental.

Figura 3. Processo de uma auditoria ambiental.



Fonte: Rovere et. al., 2000, p. 28.

Portanto, não há como menosprezar a importância da auditoria ambiental. Para esse processo, as empresas de mineração precisam de um auditor experiente e competente para identificar e encontrar alternativas viáveis para os problemas diagnosticados.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Elisângela Barros. Auditoria Ambiental – Conceitos, Execução e Auditoria Contábil. In: Apostila de Análise de Investimentos Ambientais do Curso de Mestrado em Economia do Meio Ambiente. Goiânia: Unigoias, 2005.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Censo Industrial – Dados Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

BRENZINGER, Dyllick et al. Guia da Série de Normas ISO 14001: Sistemas de Gestão Ambiental. Tradução: Beate Frank. Blumenau-SC: EFIFURB, 2000.

CALLENBACH, Ernest et al. Gerenciamento Ecológico – Ecomanagement. São Paulo: Cultrix, 1993.

PAULA, Milton Rego de. A Gestão do Fator Ambiental como Fonte de Vantagem Competitiva das Indústrias Alimentícias Goianas. Tese de Doutorado. Espanha: Universidad de Extremadura, 2004.

PHILIPPI JR, Arlindo e AGUIAR, Alexandre de Oliveira. Auditoria Ambiental. In: Curso de Gestão Ambiental. Editores: Arlindo Philippi Jr.; Marcelo de Andrade Romero e Gilda Colleti Bruna. Barueri-SP: Manole, 2004.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. A Sociedade Industrial e o Ambiente. In: Geografia do Brasil. Ross, Jurandyr Luciano Sanches (Org.). São Paulo: EDUSP, 2004.

ROVERE, Emílio Lebre La et al. Manual de Auditoria Ambiental. Rio de Janeiro: Quality Mark, 2000.

Rumos do comércio exterior goiano

Resumo: O artigo apresenta uma análise do comportamento do estado de Goiás em relação ao seu comércio exterior e qual o rumo previsto do mesmo, através da análise dos dados trabalhados. Mostra também uma série histórica de 2006 a 2010 e as tendências percebidas durante esse período e projeções futuras para o setor externo deste Estado.

Palavras-chave: Comércio exterior; Exportações; Importações; Balança comercial goiana.

Introdução

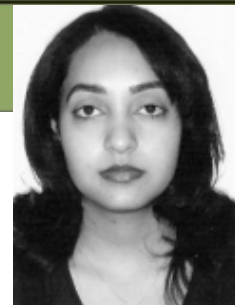
Em 2004, 2005, 2006 o Estado de Goiás já possuía um comércio exterior ativo. Através dos anos, ocorreu sua expansão, fortalecimento e incentivos nessa área, principalmente face aos diversos acordos internacionais realizados por Goiás. Com isso, se expandiram as exportações e incentivaram-se as importações, seguidas pelo progresso e desenvolvimento econômico regional dos últimos anos. Analisado os dados do comércio exterior, fica mais fácil enxergar essas melhorias no desenvolvimento dessa área para Goiás, chegando em 2010 com mais força aliadas a novos acordos comerciais feitos pelo governo goiano.

1. Desenvolvimento do Comércio Exterior Goiano

Nos últimos anos, Goiás tem-se deparado com algumas situações que compravam a melhoria da sua política de comércio exterior. A participação do Estado no mercado mundial tem aumentado a cada ano, com a inserção do Brasil no bloco das quatro economias emergentes do

¹ Aluna de economia da UFG e estagiária na Gerência de Assessoria Econômica da Sefaz-GO. E-mail: joyce-ab@sefaz.go.gov.br

² Economista, mestre em história e doutorando em Ciências Ambientais pela UFG, professor universitário, membro do Instituto ProEconomia e Gerente da Assessoria Econômica da Sefaz-GO. e-mail: paulobcampos@yahoo.com.br



Joyce Avelar Barbosa¹



Paulo Borges Campos Jr²

globo (Índia, China, Rússia e Brasil, formando o acrônimo BRIC), elevando os investimentos para o centro-oeste, resultado da maior confiança em se investir no país devido à economia estável. A inserção do Brasil no G20, Grupo dos Países em Desenvolvimento, melhora a sua flexibilidade de negociação externa. A concretização do país como um dos maiores exportadores mundiais de commodities, com destaque para a soja, o açúcar, as carnes dentre outros, comprova a melhoria da situação de comércio exterior do Brasil e de Goiás. O volume de negócios externos em Goiás no ano de 2009 foi de US\$ 3,6 bilhões e há cinco anos era de US\$ 1,1 bilhão (segundo dados da Seplan/Sepin-Go 2010). A variação é de 227,72%, no período de 2004-2009, um aumento significativo para economia goiana. As importações também tiveram uma alavancagem muito grande, apresentando o valor de US\$ 2,8 bilhões em 2009. Nas exportações, Goiás de destaca, principalmente, em commodities agrícolas e minerais: soja e carne, milho, cobre e ferroligas, entre outros.

Os produtos goianos viajam o mundo, sendo que os nossos maiores importadores são: China, Países Baixos e Rússia, e em menor escala Espanha, Índia, Irã, França, Reino Unido, Arábia Saudita, Coreia do Sul etc. As importações procedem, em sua maioria, da Coreia do Sul, Estados Unidos e Japão, em razão das mesmas atenderem as montadoras de veículos, de máquinas agrícolas, insumos para indústrias farmacêuticas e

fertilizantes instaladas no Estado. No ano de 2009, Goiás comercializou com 151 países distribuídos em todos os continentes do mundo.

2. Balança Comercial

As exportações goianas, na série histórica de 2004 para 2009, elevaram-se em 156%. Por outro lado, as importações evoluíram em 356% um valor muito alto, o

que pode significar a evolução do Estado nas suas relações externas e maior poder aquisitivo e de investimentos locais. As compras externas goianas cresceram de US\$ 625.364 milhões em 2004 para US\$ 2.852.730 bilhões em 2009. Ao mesmo tempo, as exportações elevaram-se de US\$ 1.411.773 bilhões em 2004 para US\$ 3.614.964 em 2009.

Quadro 1

Estado de Goiás e Brasil: Balança Comercial 2008-2009 em bilhões US\$								
Período	GOIÁS				BRASIL			
	Exportação	Importação	Saldo	Corrente Comércio	Exportação	Importação	Saldo	Corrente Comércio
2004	1.411.773	625.364	786.410	2.037.137	96.475.238	62.834.698	33.604.541	159.309.936
2005	1.816.294	723.939	1.092.355	2.540.233	117.308.269	73.546.226	44.760.043	191.856.495
2006	2.093.111	992.574	1.100.536	3.085.685	137.807.470	91.350.841	46.456.629	229.158.310
2007	3.184.780	1.701.579	1.483.202	4.886.359	160.649.073	102.620.878	40.028.195	281.269.951
2008	4.090.520	3.050.197	1.040.323	7.140.717	197.942.443	172.984.768	24.957.675	370.927.211
2009	3.614.964	2.852.730	762.233	6.467.694	152.994.743	127.647.333	25.347.409	280.642.076

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN, modificado pela Assessoria Econômica-SEFAZ-GO

A corrente de comércio (soma das exportações com as importações) também mostrou uma evolução considerável no período de 2004 para 2009. Ela aumentou 217% no período, passando de US\$ 2.037.137 em 2004 para o patamar de US\$ 6.467.694 em 2009. Por sua vez, o desempenho do Brasil prosseguiu positivo no mesmo período, crescendo 59% suas exportações e 113% suas importações. Já esta corrente brasileira expandiu-se em 76% entre os anos de 2004 e 2009, mostrando uma tendência positiva de crescimento da economia nacional.

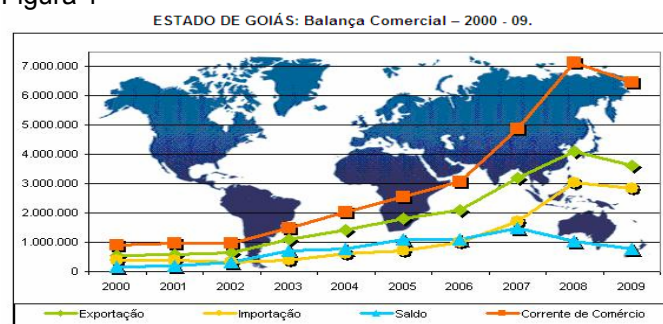
Analisando os números do setor externo nos anos de 2008 e 2009 em Goiás, têm-se variações negativas onde as exportações caíram em 11,63%, passando de US\$ 4.090.520 bilhões em 2008 para US\$ 3.614.964 bilhões em 2009. Ao mesmo tempo, as importações também despencaram em 6,47%, saindo de US\$ 3.050.197 bilhões em 2008 para US\$ 2.852.730 bilhões em 2009. A corrente de comércio também caiu em 9,43%, de um ano para o outro, saindo de US\$ 7.140.717 bilhões para US\$ 6.467.694 bilhões em igual período. Em termos de Brasil, esta negatividade nos resultados se repete, pois as exportações caíram em 22,71% de 2008 para 2009 e as importações despencaram em 26,21%, com a corrente de comércio

ficando em -24,34%. Com esses resultados, observou-se uma variação positiva de 1,56% para o Brasil e negativa para Goiás com -26,73% durante o período de 2008 para 2009, nessa corrente.

Avaliando o grau de abertura da economia goiana, medido pelo somatório da balança comercial (exportações + importações), dividido pelo PIB, saltou de 42,42% em 2004 para 75% em 2007. Um salto de 32,58%, bastante formidável, mostrando essa ampliação do comércio exterior goiano e uma alavancagem em suas relações internacionais. Mesmo sem dados mais recentes do PIB de Goiás, com defasagem de 2 anos (devido ao último resultado do PIB goiano disponível ser de 2007) é visível uma evolução nas relações externas desse Estado.

3. Saldo da Balança Comercial

Figura 1



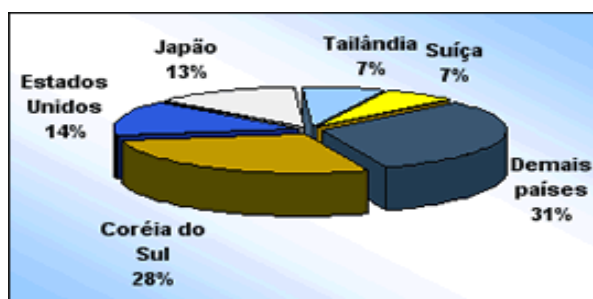
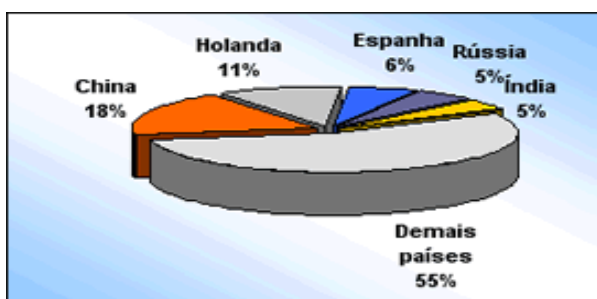
Fonte: seplan/sepin 2010

No ano de 2009, Goiás exportou US\$ 3.614,963 bilhões sendo: complexo de soja responsável por US\$ 1.520,007 bilhões, participação de 42,05% das exportações, complexo de carne, US\$ 830,714 milhões 22,98% do total; Sulfeto de cobre, US\$ 331,840 milhões com 9,18%; Ferroligas, US\$ 234,964 milhões com 6,50%, Ouro US\$ 148,534 milhões com 4,11%; Açúcares, US\$ 105,601 milhões com 2,92%; Amianto, US\$ 78,188 milhões com 2,16% e demais produtos, US\$ 365,112 milhões com 10,10% de participação no total exportado.

As principais importações feitas em 2009 foram: automóveis, tratores, partes/peças US\$ 1.241,793 milhões com 43,53% de participação; produtos farmacêuticos, US\$ 456,436 milhões com 16%; máquinas e aparelhos mecânicos, US\$ 364,008 milhões com 12,76%; adubos e fertilizantes, US\$ 216,236 milhões com 7,58%; produtos químicos orgânicos, US\$ 146,345 milhões com 5,13%; máquinas e aparelhos elétricos, US\$ 109,259 milhões com 3,83%; instrumentos/aparelhos de ótica, US\$ 48,211 milhões 1,69% e demais produtos, US\$ 270,438 milhões com 9,48% de participação nas importações goianas.

Quadro 2 - Exportação e importação, segundo principais países de destino e origem – Goiás – 2009

Países de destino	Exportação		Países de origem	Importação	
	US\$ FOB	Part (%)		US\$ FOB	Part (%)
China	747.552.435	18,3	Coréia do Sul	844.510.790	27,7
Holanda	444.888.846	10,9	Estados Unidos	434.145.081	14,2
Espanha	252.453.139	6,2	Japão	389.884.632	12,8
Rússia	199.308.441	4,9	Tailândia	218.426.861	7,2
Índia	192.754.907	4,7	Suíça	200.124.300	6,6
Demais países (146)	2.254.793.903	55,1	Demais países (67)	962.768.456	31,6
TOTAL	4.091.751.671	100	TOTAL	3.049.860.120	100



Fonte: MDIC

Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica - 2010

4. Quadro atual do setor externo goiano

Segundo o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a balança comercial (exportações-importações) goiana em janeiro de 2010 apresentou um déficit de US\$ 198,146 milhões. Com a corrente comércio (exportações + importações) ficando em US\$ 518,336 milhões. As exportações desse mês foram no valor de US\$ 160,095 milhões, 19,11% menor do que

em janeiro de 2009 e 50,01% maior que na série histórica, considerando-se a base jan/2006. O recuo em janeiro de 2010 é devido ao desaquecimento na exportação do complexo de soja e do setor mineral. Com o preço da soja em baixa, os produtores optaram por vender para o mercado interno, tirando esse lucro das exportações. Já a mineração, foi prejudicada pelo excesso de chuvas o que dificulta a sua extração.

Quadro 3

Período	Estado de Goiás e Brasil: Balança Comercial 2008-2009 em bilhões US\$							
	GOIÁS				BRASIL			
	Exportação	Importação	Saldo	Corrente Comércio	Exportação	Importação	Saldo	Corrente Comércio
jan/06	106.722	57.986	48.736	164.708	9.286.850	6.451.583	2.835.267	15.738.434
jan/07	117.449	89.467	27.982	206.916	10.938.868	8.468.323	2.515.545	19.452.190
jan/08	232.955	202.227	30.728	435.182	13.276.884	12.354.336	922.549	25.631.220
jan/09	197.913	159.304	38.608	357.217	9.781.920	10.311.472	-529.552	20.093.392
jan/10	160.095	358.241	-198.146	518.336	11.305.067	11.471.362	166.295	22.776.429

Elaboração: SEPLAN-GO/SEPIN, modificado pela Assessoria Econômica-SEFAZ-GO.

As exportações em janeiro de 2010, foram marcadas, principalmente, por: complexo de carne, US\$ 60.263.815 milhões com 37,64% da participação total das exportações; sulfetos de minérios de cobre, US\$ 22.332.996 milhões com 13,95%; complexo de soja, US\$ 17.838.013 milhões com 11,43%; ouro, US\$ 10.136.081 milhões com 6,33%. Os principais destinos das exportações goianas foram: Países Baixos (Holanda), US\$ 25.373.237 milhões; Espanha, US\$ 22.613.795 milhões; Rússia, US\$ 15.607.587 milhões; Reino Unido, US\$ 12.232.779 milhões; Hong Kong, US\$ 10.365.543 milhões e China, US\$ 10.243.035 milhões. Os municípios que mais exportaram foram, pela ordem: Alto Horizonte, Palmeiras de Goiás. Mozarlândia, Ouidor, Goiânia e Luziânia.

As importações no mês de janeiro de 2010 subiram 124% em relação a jan/09 e 517,8% em relação a jan/06. Para janeiro de 2010, ficaram no valor de US\$ 358.241.284 milhões. As principais importações foram: automóveis com motor explosão US\$ 92.446.444 milhões, anticorpo humano US\$ 39.125.172 milhões; outros medicamentos, US\$ 26.695.363 milhões. As importações goianas foram adquiridas, principalmente, da: Coreia do Sul, US\$ 137,191 milhões; Suíça, US\$ 41,950 milhões; Japão, US\$ 40,679 milhões.

Considerações Finais

A economia goiana vem se expandindo e abrindo mercado internacionalmente, tanto para exportações quanto para importações. De 2004 para 2010, Goiás tem crescido a olhos vistos e os números mostram esta tendência positiva, mesmo com os resultados de janeiro de 2010 um pouco abaixo da média anterior. Contudo, o que se vê no acumulado 2009 é um ótimo resultado. Em janeiro de 2010, a queda do valor da soja e questões climáticas atrapalharam o comércio exterior, principalmente as suas exportações. Portanto, nos pró-

ximos meses, Goiás tende a continuar seu ritmo de crescimento de vendas externas. O que comprova essa tese, além do que já foi dito, é que: Goiás permanece em 11º lugar no ranking de exportações do Brasil, a mesma posição que estava em janeiro de 2009.

Para que Goiás continue expandido o seu setor externo e colaborando assim para o aumento do saldo de divisas do país, é necessário que o governo goiano amplie as suas políticas do comércio exterior, através, por exemplo, de missões comerciais em busca de novos mercados internacionais. O grande desafio é agregação de valor aos produtos locais exportados, definido, ainda mais, a ampliação da indústria goiana. Por outro lado, as nossas importações, são necessárias para os avanços do parque industrial goiano, na direção de novas tecnologias de produção.

Referências

CAVES, Richard E. Economia Internacional - Comercio e Transações Globais. São Paulo: Saraiva, 2008.

KRUGMAN, Paul. Economia Internacional - Teoria e Política. 6. ed. São Paulo: Makron Books, 2009.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. Produto Interno Bruto. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em março. 2010.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. Goiás em dados - 2009. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>. Acesso em jan. 2010.

VAZQUES, José Lopes. Comércio Exterior Brasileiro 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Normas para publicação de artigos

O Boletim Conjuntura Econômica Goiana, editado pela Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação, da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), aceita colaborações, em português, sob a forma de artigos versando sobre aspectos econômicos e sociais de Goiás.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 15 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, e-mail e telefone;
- Arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à SEPIN, ou cópia magnética enviada para o e-mail: conjuntura@seplan.go.gov.br;
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Seplan-GO.



Sepin
Superintendência de Estatística,
Pesquisa e Informação



**GOVERNO DO
ESTADO DE GOIÁS**

Desenvolvimento com Responsabilidade